

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA - PPEA

ARIANE RIBEIRO HOTT

**DESENVOLVIMENTO LOCAL À LUZ DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA POR
MEIO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO ASSENTAMENTO
CAFUNDÃO, MARIANA, MINAS GERAIS.**

MARIANA

2018

ARIANE RIBEIRO HOTT

**DESENVOLVIMENTO LOCAL À LUZ DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA POR
MEIO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO ASSENTAMENTO
CAFUNDÃO, MARIANA, MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico Local

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Francisca Diana Ferreira Viana

MARIANA

2018

H834d Ribeiro Hott Marchetti, Ariane.
Desenvolvimento local à luz da diversificação produtiva por meio da agricultura familiar [manuscrito]: o caso do assentamento Cafundão, Mariana , Minas Gerais / Ariane Ribeiro Hott Marchetti. - 2018.
66f.: il.: color; graf.

Orientador: Profa. Dra. Francisca Diana Ferreira Viana.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais. Programa de Pós-Graduação em Economia.
Área de Concentração: Economia Aplicada.

1. Agricultura Familiar - Teses. 2. Desenvolvimento local - Teses. 3. Assentamentos rurais - Mariana (MG) - Teses. I. Diana Ferreira Viana, Francisca. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 330.101.8

ARIANE RIBEIRO HOTT

**DESENVOLVIMENTO LOCAL À LUZ DA DIVERSIFICAÇÃO
PRODUTIVA POR MEIO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO
DO ASSENTAMENTO CAFUNDÃO, MARIANA, MINAS GERAIS.**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Aplicada, aprovado em 26 de março de 2018.

Banca Examinadora:



Prof.(a). Dr.(a). Francisca Diana Ferreira Viana - Orientadora (UFOP)



Prof.(a). Dr.(a). Luciana Rosa de Souza (UNIFESP)



Prof.(a). Dr.(a). Camilo Adalton Mariano da Silva (UFOP)

[...], pois a boca fala do que está cheio o coração.

Mateus 12:34

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é fruto de uma trajetória de dedicação, persistência e aprendizado marcada pela contribuição de muitas pessoas. Certamente nem todas as pessoas a quem eu gostaria de me referir estarão citadas abaixo, muito embora assim eu gostasse que fosse.

Ao meu Deus, por ouvir minhas preces e pelo privilégio de me conceder saúde, paz, coragem e esperança para lutar por dias melhores e por me sustentar para assim eu alcançar meus objetivos.

À minha amada mãe Marlene, pelo amor, pelo cuidado e pela ajuda incondicional que sempre dedicou a mim e aos meus irmãos. E ao meu pai Júlio, que não está presente entre nós, mas o seu legado e bondade permanece em minha memória e meu coração, gostaria que estivesse aqui para participar destes momentos especiais. Sem vocês eu não teria alcançado esta conquista!

Aos meus irmãos, Aline, Juliene, Mariane e João Vitor, pelo cuidado e carinho que sempre tiveram por mim, e por acreditarem na minha capacidade muito mais do que eu mesma. Amo vocês!

Aos meus amados sobrinhos, Camilly, Julia e Pedro, por trazerem alegria e leveza a minha caminhada, amor e diversão é garantida quando estou com vocês. E aos meus cunhados por sempre estarem torcendo por mim, e acima de tudo, por fazer parte da minha família! Aos meus tios Bernadete, Luiz e Gina por acompanharem desde sempre meu crescimento pessoal e profissional e por sempre estarem ao nosso lado pro que der e vier. E aos primos Thaís, Myllena e Arthur por sermos um time, juntos somos mais fortes!

Ao meu noivo Marcelo, pelo carinho e atenção que sempre teve comigo, pelo apoio em todos os momentos difíceis e pelas trocas de palavras nos momentos de angústias, além, é claro, do seu gigantesco amor e compreensão, que são fontes de inspiração, estar ao seu lado foi essencial para que eu tivesse forças para encarar os obstáculos de frente.

À minha orientadora, professora Dra. Francisca Diana Ferreira Viana, por ser um exemplo a ser seguido tanto pessoal, por ser divertida e dedicada, e profissional por ter “força na peruca” para se dedicar em sala de aula, orientando em

monografias e dissertações, sendo coordenadora de curso, ser ativa em pesquisa e extensão entre outras atividades de forma muito consistente e criativa.

À coordenadora do PPEA, professora Dra. Fernanda Faria Silva, por se dedicar a excelência acadêmica e dar apoio pessoal nos momentos difíceis que ocorrem durante um mestrado acadêmico.

À professora Dra. Cristiane Márcia dos Santos, que desde o terceiro período da graduação em Economia me deu oportunidades de crescimento acadêmico em Iniciação Científica e orientação da monografia. Além disso, no mestrado pelos convites para eu participar das bancas de monografia como avaliadora. Obrigada sempre!

A todos os colegas do Mestrado em Economia Aplicada, em especial à Anna, Carolina, Douglas e Jordana por acompanharem de perto o percurso da pós-graduação, pelos longos períodos em sala de aula e estudos diários, esse tempo foi muito engrandecedor de forma pessoal e profissional.

À Jouse e Nataly por dividirem o apartamento e a vida durante esses dois anos árduos de estudo, pelas conversas e risadas durante este período de grande abdicção da vida pessoal em prol dos estudos, estarão sempre em meu coração.

A UFOP pela concessão de bolsa de estudo essencial na ajuda dos custos na pós-graduação, e pelo ensino e pesquisa oferecidos com qualidade. A todos os meus amigos que fazem parte da trajetória de minha vida, pela contribuição direta e indireta que sempre tiveram ao longo de toda a minha vida. Obrigado por tudo!

SUMÁRIO

1. SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS QUE NORTEIAM O TRABALHO	10
2. SOBRE AS ESCOLHAS FEITAS DO SUJEITO DE ESTUDO	13
3. AINDA SOBRE OS ARGUMENTOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAM O TRABALHO 16	
4. SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, ESPECIFICAMENTE... ..	23
5. SOBRE OS DADOS QUE REVELAM A AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
6. VOLTANDO AO SUJEITO DE ESTUDO.....	37
7. SOBRE A PERCEPÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CAFUNDÃO	42
8. SOBRE OS CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO CAFUNDÃO.....	45
8.1. Caminhos micros: Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária.....	45
8.2. Caminhos macros: Sistema regional de inovação.	51
9. SOBRE AS CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ANEXO.....	63

RESUMO

O rompimento da barragem de Fundão – ocorrido em novembro de 2015 na cidade de Mariana, Minas Gerais – resultou em uma das maiores catástrofes socioambientais do País, e evidenciou a necessidade de se discutir e implementar propostas de desenvolvimento local que tenham na diversificação produtiva sua estrutura basilar. Sob esta perspectiva, a presente dissertação pretendeu desenvolver uma análise sobre desenvolvimento local, tendo na Agricultura Familiar à atividade produtiva de referência. Os fundamentos teóricos que nortearam o trabalho foram os conceitos de capacitações: desenvolvimento como liberdade proposto pelo Professor Amartya Sen; Sistema Local de Inovação e Economia Solidária. O sujeito de estudo foi a comunidade Cafundão, um assentamento da reforma agrária, localizado em Cachoeira do Brumado, distrito do município de Mariana. A hipótese levantada é de que a diversificação produtiva, por meio de atividades ligadas à Agricultura Familiar, pode ser um acelerador do desenvolvimento local. Em termos metodológicos, este trabalho constitui-se em um relato de experiência dos projetos de extensão desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto e Mariana – NUPEDS. Como resultado, percebe-se que, a despeito das inúmeras dificuldades que a Agricultura Familiar, enquanto atividade produtiva historicamente marginalizada enfrenta, a comunidade Cafundão vem apresentando transformações positivas no que concerne à busca por inserção em mercados institucionais (UFOP, Escolas) e que tem havido um maior protagonismo feminino no que diz respeito à participação produtiva e decisória. Espera-se que a implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA Inconfidentes) potencialize os resultados até então alcançados por esta comunidade e por outras no entorno de Ouro Preto e Mariana.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local, UFOP, Mariana, Assentamento de Cafundão.

ABSTRACT

The disruption of the Fundão dam – occurred in November, 2015 in Mariana city, Minas Gerais – resulted in one of the greatest socio-environmental catastrophes in the country and brought up the need to discuss and implement local development proposals that have the productive diversification its base structure. From this perspective, the present dissertation intended to analyze the local development having the Familiar Agriculture as the reference of the productive activity. The theoretical basis that guide the work were the concepts of: development as freedom proposed by Professor Amartya Sen, Local Innovation System and the Solidary Economy. The subject of study was the Cafundão community, an agrarian reform settlement located in Cachoeira do Brumado, Mariana city district. The hypothesis is that the productive diversification through activities connected to Familiar Agriculture can be a local development accelerator. In methodological terms, this work presents experience descriptions of extension projects developed by Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto e Mariana – NUPEDES (Research and Extension Center in Economic and Social Development of Ouro Preto and Mariana). As a result, despite the numerous difficulties that Familiar Agriculture (productive activity historically marginalized) faces, Cafundão community has been presenting positive transformations about search for a place in institutional markets (UFOP, Schools) and a greater female role in productive participation and decision-making. It is expected that the implementation of the Núcleo de Estudos em Agroecologia (Agroecology Studies Center) - NEA Inconfidentes (Agroecology Studies Center) will boost the results achieved so far by this and others communities in Ouro Preto and Mariana.

Key-words: Familiar Agriculture, Local Development, UFOP, Mariana, Cafundão settlement.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação da Agricultura Familiar no total da área e do Valor Bruto da Produção, dos anos 1995/96 e 2006.....	30
Tabela 2: Número de estabelecimentos da Agricultura Familiar e percentual com relação ao total de estabelecimentos agropecuários	31
Tabela 3: Participação da agricultura familiar no VBP de produtos selecionados (em % do VBP total do produto)- 1995/96 FAO/INCRA.....	31
Tabela 4: Pessoal ocupado de 14 anos ou mais de idade na agricultura familiar segundo a variável FAO/INCRA.	32
Tabela 5: Número de Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar e Não Familiar para o Sudeste e Minas Gerais no ano de 2006.	35
Tabela 6: Percentual do Pessoal Ocupado de 14 anos ou mais de idade e do VPB na Agricultura Familiar para Minas Gerais no ano de 2006 (critério da Lei 11.326).....	36
Tabela 7: Indicadores de produtividade da agricultura familiar.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Participação de Minas Gerais no PIB brasileiro – 2002-2014	34
GRÁFICO 2: Valor Adicionado da Agropecuária de Minas Gerais (em milhões) – 2010-2014	34

1. SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS QUE NORTEIAM O TRABALHO

Pode-se dizer que o fenômeno do desenvolvimento está associado a uma série de fatores relacionados não apenas a esfera econômica propriamente dita, mas a outras que se inter-relacionam para definir e determinar as características de um local, um espaço e uma região. Neste sentido, pode-se citar o social, o cultural, o ambiental e o institucional como esferas que juntamente com a econômica formam a estrutura basilar do desenvolvimento.

No que se refere à economia, para além da simples produção de bens e serviços, quando se trata de desenvolvimento, algumas questões devem ser levantadas, tais como: em que condições esta produção é realizada? Quais os efeitos desta produção para o social e o ambiental? Quem tem (e não tem) acesso a estes bens e serviços? Já do ponto de vista social, deve-se inquirir se há um ambiente propício a inclusão dos agentes que estão inseridos neste local, mas que não necessariamente estão incluídos.

No que tange aos aspectos culturais, estes determinam direta e indiretamente o desenvolvimento local, um exemplo desta relação seria o papel que a mulher assume no processo de desenvolvimento local. Deve-se indagar se a cultura local permite e/ou facilita uma atuação pró-ativa da mulher na tomada de decisão, seja esta decisão política, econômica, etc..

Em relação à esfera ambiental, a principal questão a ser levantada é: como o solo, a flora e a fauna local estão sendo explorados para atender as demandas econômicas e sociais. E, por fim, no que tange aos aspectos institucionais, deve-se averiguar se o ambiente institucional favorece o desenvolvimento local. Por exemplo, pode-se observar em que medida existe interação entre as instituições de pesquisa, ciência e tecnologia com a comunidade local, se ocorrem articulação entre os agentes públicos e privados, se as políticas econômicas caminham rumo ao fortalecimento do desenvolvimento local, etc..

Nota-se, portanto, que é bastante complexo o entendimento de como se dá o desenvolvimento local quando se levam em conta todas as esferas supracitadas e suas inter-relações. Com isso, as abordagens tradicionais que versam sobre crescimento econômico, se consideradas de forma isolada, não são capazes de

explicar as idiosincrasias inerentes ao processo de desenvolvimento local, pois estão estruturados em suposições simplificadoras da realidade.

A questão fica ainda mais intrigante quando pensamos o Brasil, que é um país heterogêneo em todos os aspectos que se considere. Tendo em vista suas cinco regiões e sua dimensão continental, qualquer olhar que se preste a analisar a formação socioeconômica brasileira deve ser feito por lentes caleidoscópicas. O maior grau de agregação que se pode fazer neste tipo de análise talvez seja a proposta por Furtado (1991) quando chama de Centro-Sul (as atuais regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste) – por sua semelhança em termos de indicadores socioeconômicos – e o Norte (as atuais regiões Norte e Nordeste).

Contudo, pode-se dizer que há um elo que assemelha estas diferenças, a saber: suas dificuldades em diversificar o seu leque de produção. A diversificação produtiva foi uma proposta pouco presente no projeto de formação econômica brasileira. Inicialmente, o próprio sentido da colonização desautorizou pensar qualquer estratégia que não fosse baseada na exploração do que já existia, pois não havia outra preocupação que não fosse esta.

O tripé da formação econômica brasileira (latifúndio, trabalho escravo e monocultura) consolidou uma estrutura produtiva que se traduziu na agro exportação como o pilar de sustentação de todo e qualquer modelo de crescimento econômico que viesse a ser pensado e implementado no Brasil. Todas as transformações que esta estrutura produtiva vivenciou no século XX, pelo modelo de crescimento para dentro (Programa de Substituição de Importações), esteve atrelada a venda de *commodities*, mais especificamente ao café.

Não se pode afirmar que não houve uma tentativa (e com sucesso) de tornar a estrutura produtiva brasileira menos rígida, ou mais diversificada, com o processo de industrialização. Contudo, este processo esteve sujeito aos bons ventos trazidos pelo comércio internacional e a condição de se trabalhar com o fato de que as divisas necessárias à alavancagem da industrialização advinham de produtos com baixa elasticidade preço-renda¹.

¹ Elasticidade preço-renda: Variação percentual na quantidade demandada decorrente da variação percentual no preço do bem, *coeteris paribus*. (VARIAN, Hal R., 2015)

Esses fatores, limitadores da diversificação, refletem a economia brasileira atual, que adentrou ao século XXI com muitas inquietações oriundas deste passado pouco distante, do presente em transformação e do futuro incerto. No que tange ao presente, as economias ditas em desenvolvimento, tal como a economia brasileira, têm que lidar com suas questões estruturais relacionadas à redução da pobreza e da desigualdade e se adequar a globalização pós-moderna que mais tem a ver com o fluxo de informações do que com a queda de barreiras relacionadas ao comércio de bens, serviços, fatores de produção e financeira.

Este presente, certamente, em muito definirá o futuro. E pode-se dizer que a preocupação com a redução da pobreza e da desigualdade precisa estar presente em qualquer projeto de médio e longo prazo que venha a ser implementado. Sob a perspectiva da produção, pensar meios de diversificação produtiva implica em considerar o econômico, o ambiental, o social e o cultural não somente porque se torna um modismo, mas porque se torna uma necessidade.

Os dogmas da “igreja” neoclássica de pensamento econômico se distanciaram – ou talvez pouco caminhou rumo a uma aproximação – de uma proposta de crescimento econômico que considerasse a economia como parte integrante de um sistema maior composto pelo social, o ambiental e o cultural. Alguns hereges chamaram atenção para a falta de atenção dada a este sistema. Porém, tiveram suas ideias pouco disseminadas em comparação ao que se estabeleceu como o “caminho único” e verdadeiro para o crescimento econômico.

Dentre estes hereges podemos citar o matemático Georgescu-Roegan, que no início da década de 1970 chamou a atenção dos cientistas para o aumento da entropia. Com base na segunda lei da termodinâmica, ele ressaltou que as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que se tornam inutilizáveis. Isso implicará em retorno às formas de exploração mais diretas de energia solar. Contudo, isso não significa que o segundo princípio da termodinâmica possa ser contrariado, o que resultará na exigência da superação do crescimento econômico. Para Georgecu, em algum momento do futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade do seu desenvolvimento na retração, ou seja, no decréscimo da produção (Veiga, 2005).

Outro herege a se destacar é Amartya Sen. Para Sen (1999), o desenvolvimento pode ser traduzido nas liberdades que desfrutamos em suas

formas instrumentais e constitutivas. Na perspectiva instrumental cinco tipos distintos de liberdade merecem destaque: a liberdade política; as facilidades econômicas; as oportunidades sociais; as garantias de transparência e a segurança protetora. Já o conceito constitutivo de liberdade, relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana, que incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc..

Pode-se dizer que as visões teóricas de desenvolvimento propostas por Georgescu-Roegan e Amartya Sen fundamentam o entendimento de que o sistema do qual a economia é uma parte determinante e determinada é complexo. Considerando esta complexidade, e, sobretudo, considerando a construção teórica de Amartya Sen, o presente trabalho tem a pretensão de desenvolver uma análise sobre desenvolvimento local, por meio da diversificação produtiva, em uma área que passou por transformações recentes em Minas Gerais: a cidade de Mariana.

2. SOBRE AS ESCOLHAS FEITAS DO SUJEITO DE ESTUDO

Minas Gerais é um estado que tem sua estrutura produtiva concentrada na produção de *commodities*, tal como os demais estados que compõem a economia brasileira. A mineração é o carro-chefe desta estrutura, pois até os municípios em que uma possível diversificação se desenhou – e se olhada de forma pouco cuidadosa parece ter se consolidado –, possui na mineração o principal componente do PIB. Este é o caso de Mariana, município escolhido para ser sujeito de estudo deste trabalho em virtude de algumas especificidades a seguir arroladas.

Mariana possui um campus universitário (da Universidade Federal de Ouro Preto) – que abriga cursos de graduação em Ciências Econômicas, Ciências Gerencias Jornalismo, Serviço Social, História, Educação e Letras –, programas de mestrado acadêmico em Economia Aplicada, Comunicação, Educação e História e doutorado em História. Conta também com escolas públicas e particulares de ensino básico, médio e superior.

O município de Mariana possui um vasto patrimônio cultural, que atrai turistas do Brasil e do mundo. Como destacado no sítio da prefeitura, em 1945 a cidade recebeu do presidente Getúlio Vargas o título de Monumento Nacional por seu “significativo patrimônio histórico, religioso e cultural” e ativa participação na vida cívica e política do país, contribuindo na Independência, no Império e na República, para a formação da nacionalidade brasileira.

A título de nota, a catedral da Sé ou de Nossa Senhora da Assunção, possui um tesouro musical. O sítio do governo de Minas Gerais traz a informação de que este é um órgão que foi construído em 1701, em Hamburgo (Alemanha), por Arp Schnitger (1648-1719), um dos nomes mais respeitados na história da fabricação deste tipo de instrumento em todo o mundo. O órgão chegou ao Brasil em 1753, como presente da Coroa portuguesa ao primeiro bispo da cidade, D. Frei Manoel da Cruz. Entre os órgãos da manufatura Schnitger que existem até hoje, este é um dos exemplares mais bem conservados e o único que se encontra fora da Europa.

Para completar a caracterização de Mariana, este município possui em seu território a subsidiária (Samarco) de uma das maiores empresas de mineração do mundo, a Vale S/A, fundada em 1942, no município de Itabira, no governo de Getúlio Vargas. A tributação oriunda da atividade de mineração coloca Mariana entre os municípios brasileiros que mais se beneficia, em termos de volume de recursos, com a taxação de um setor específico (GONÇALVES, 2014).

Para além do patrimônio cultural, existe também um significativo patrimônio natural que vem da flora e faunas locais. Supõe-se que com todas estas características, uma proposta de diversificação produtiva poderia ter sido pensada e implementada no município não em dias atuais, mas com o caminhar da história. Essa necessidade ficou mais evidente após 2015 quando ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, resultando em uma das maiores catástrofes socioambientais do País, sentida mais diretamente pelo município de Mariana.

Os impactos oriundos desta tragédia fizeram com que a dúvida sobre a credibilidade de uma proposta de diversificação desse lugar a urgência em se promover essa diversificação. Tem-se ciência de que a mineração não será substituída em sua contribuição ao PIB na economia marianense no curto e médio prazo. Porém, levanta-se a seguinte questão: até que ponto um setor que contribui

significativamente com o PIB de um município, contribuirá com o desenvolvimento de um local sob o olhar Seniano? Esta questão faz parte da discussão do que seriam crescimento econômico e desenvolvimento econômico, conceitos que já foram tratados dentro da teoria econômica como sinônimos, mas que na verdade possuem definições diferentes, embora estejam relacionadas.

Fazendo uso, então, da proposta teórica de Sen, acredita-se que um candidato a setor produtivo que se aproxima de uma dinâmica sistêmica, neste contexto, seria a Agricultura Familiar. Mariana possui subdistritos com significativo potencial produtivo para produtos agrícolas. No entanto, este potencial tem sido pouco explorado, e acredita-se que isso seria resultado da priorização histórica da mineração em relação aos demais setores, incluindo o turismo.

Levando em conta as características supracitadas de Mariana, a análise que esta pesquisa se propõe a fazer vai ter na Agricultura Familiar o setor produtivo objeto de potencial para impulsionar o desenvolvimento local. Desenvolvimento local este no sentido de desenvolvimento proposto por Sen, ou seja, como um fenômeno sistêmico que integra vários aspectos.

Escolhido o setor produtivo, procurou-se melhor delinear o sujeito de estudo. Para isso, buscou-se em Mariana um distrito rural com potencial para ter na Agricultura Familiar uma atividade primária. Este distrito é Cachoeira do Brumado, e o sujeito de estudo é o assentamento Cafundão, que lá se localiza. O assentamento Cafundão é composto por cerca de 20 famílias que a despeito de ter um evidente potencial para a produção agrícola, possui na produção artesanal de utensílios em pedra sabão sua principal fonte de renda.

Todas as dificuldades que as comunidades rurais historicamente enfrentam, tal como o Cafundão, estão atreladas a uma série de entraves maiores que, de certa forma, tem origem no que Graziano Silva (2001) denominou de mitos. Tais mitos são a concepção de que: “o rural é sinônimo de atraso”; “o rural é predominantemente agrícola”; “o êxodo rural é inexorável”; “o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural”; “a gestão das pequenas e médias propriedades rurais é familiar”; “a reforma agrária não é mais viável”; “o novo rural não precisa de regulação pública”; “o desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento”.

Contudo, para melhor entender o caminho escolhido por este trabalho, em termos de sujeito de estudo e setor produtivo, vamos, a seguir, retomar os argumentos teóricos que fundamentam a pesquisa, e na sequência será caracterizada a Agricultura Familiar no Brasil e em Minas Gerais, para depois analisarmos as especificidades da escolha pelo assentamento Cafundão.

3. AINDA SOBRE OS ARGUMENTOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAM O TRABALHO

O conceito de desenvolvimento, sob o ponto de vista econômico, está associado ao crescimento do produto, que, por sua vez está relacionado aos incrementos de produtividade por meio, por exemplo, das inovações tecnológicas. Contudo, de uma forma mais ampla, o conceito de desenvolvimento leva em conta os aspectos supracitados e aqueles que estão relacionados ao humano.

Conforme destaca Sen (1999), uma percepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. E a falta destas liberdades, ou sua carência, resulta, ainda segundo Sen (1999), em privações de acesso a serviços essenciais, tais como serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada.

Na perspectiva do desenvolvimento baseado nas liberdades cabe também o conceito de capital social. Segundo Bourdieu (1980), o capital social é um agregador de recursos, reais ou potenciais, que permite o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições, isto é, caracteriza-se pelo conjunto de relações sociais, em que os indivíduos extraem recursos e vantagens, como multiplicador das outras formas de capital (cultural monetário e simbólico). Logo, o capital social pode ser entendido como a capacidade que os grupos e organizações que fazem parte de uma determinada localidade desenvolvem para alcançar, conjuntamente, objetivos comuns e proporcionar uma maior eficiência na produção coletiva.

Tendo em mente o conceito econômico de desenvolvimento, assim como os conceitos de liberdades e capital social, denota-se que há uma complexa interação

quando se discute o quanto e como uma dada região ou local pode se desenvolver ou está desenvolvido (a). O entendimento do papel que estas interações trazem para o desenvolvimento local está baseado nas relações sociais já construídas, nas instituições existentes, nas facilidades econômicas, na cultural local, na percepção que este local tem sobre o uso dos fatores de produção, incluindo o meio ambiente.

Pode-se dizer que a abordagem acima descrita, apresenta-se de forma mais ampla do que aquela elaborada pela teoria neoclássica do pensamento econômico cujas raízes estão na obra de Adam Smith, intitulada *Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, de 1776. Para Smith, a riqueza das nações acontece na divisão do trabalho e na liberdade econômica, sendo que as funções do Estado são a defesa do território, a manutenção das forças armadas, a administração da justiça e uma intervenção econômica que não possa ser realizada pelo setor privado. Esta é, portanto, a base que suporta as demais teorias que seguem na explicação dos determinantes do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico de um país, diz respeito a uma melhor qualidade de vida da população. Para que ocorra isto, é necessário que fatores como distribuição de renda, queda da pobreza e maior acesso aos bens e serviços estejam presentes em determinada sociedade. Para Solow e Swan (1956), em seu modelo de crescimento exógeno², é feito o questionamento de por que alguns países são ricos e outros são pobres. Os autores concluem que a resposta é o progresso tecnológico o fator desta diferenciação de renda e crescimento entre os países, na medida em que quanto maior a taxa de progresso tecnológico maior será o PIB, sendo que a sua medida de riqueza é a renda per capita (JONES, 2000).

Após a disseminação da teoria do crescimento exógeno de Solow e Swan (1956), foram publicados artigos que apresentavam como proposta central endogeneizar o modelo de crescimento. Um dos mais importantes autores é Romer (1990), que concluiu que o capital humano é o principal insumo para impulsionar o crescimento, sendo fundamental o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

² O progresso técnico é exógeno no modelo de Solow, ou seja, este modelo não é capaz de determinar endogenamente o ritmo de crescimento do fator de eficiência do trabalho. Sendo assim, o modelo não consegue explicar a produtividade do trabalho e com isto, não explica o crescimento econômico (JONES, 2000).

(P&D), pois desta forma trazem novos produtos, aumentando o progresso tecnológico que, por consequência, aumenta a renda per capita de uma economia (BARRO, 1991).

Becker, Murphy e Tamura (1991), assumiram que o retorno do capital humano qualificado gera crescimento econômico por meio de *spillover*, ou seja, há um “transbordamento” de conhecimento e *expertise* aumentando a produtividade nos processos produtivos, sendo que estes autores se baseiam no capital humano de Lucas (1988), que concluiu que os indivíduos e a sociedade possuem um *trade-off* entre trabalho e qualificação, de forma que os qualificados recebem treinamento e geram externalidades positivas para a economia (BARRO, 1991).

Do ponto de vista econômico, pode-se apontar a visão schumpeteriana como sendo o ponto de partida para dar suporte ao tema do desenvolvimento como algo dinâmico, espontâneo e descontínuo. Para Schumpeter (1942), a inovação conduz o capitalismo, pois considera a participação dos empreendedores como fator fundamental para produzir, gerando lucros. Segundo o autor, em um primeiro momento há um fluxo circular da renda, com a interação de oferta e demanda de mercadorias. Em um segundo momento, ocorre a inovação tecnológica que causa um choque, transformando o processo produtivo. Como a inovação maximiza os lucros, é necessário que ocorra investimento em P&D para alcançar lucros no longo prazo. Desta forma, inicia-se outro fluxo circular, com novos processos e produtos.

Um estudioso importante no cenário econômico da América Latina para entender o conceito de desenvolvimento foi Prebisch (1949). Sua abordagem supõe a existência de países “centrais” – que são os países desenvolvidos – e os países “periféricos”, ou seja, aqueles países especializados na comercialização de produtos primários com pouco valor agregado. Para Prebisch existem falhas na teoria clássica, pois a comercialização entre países “centrais” e “periféricos” é desigual, tendo em vista que a estratégia de diferenciação dos produtos é um fator de desvalorização dos produtos produzidos nos países pobres por não possuírem valor agregado comparativamente aos industrializados. Sendo assim, em sua maioria, os países da América Latina, por serem exportadores de primários, ficam em desvantagem comercial (PREBISCH, 1949).

No artigo de Desrochers (2000), seu questionamento foi sobre o que é mais favorável à mudança do crescimento econômico: diversidade local ou especialização

da atividade econômica. O autor concluiu em seu estudo que a divisão do trabalho deve ser muitas vezes entendida em termos de competências específicas que os indivíduos possuem em vez de mercadorias finais que produzem. Um indivíduo com *know-how* deve sempre ser livre para encontrar novas utilizações e parece óbvio que uma cidade diversificada é uma das melhores configurações para se seguir. Ou seja, a economia deve ser diversificada para conseguir alcançar um nível de desenvolvimento econômico e social.

Muitos estudos apontam a importância da participação dos agentes sociais na tomada de decisão sobre a economia em geral, e em como são capazes de transformar o meio em que vivem, como a cultura, as instituições formais e informais, bem como criar estratégias de mercado. Isto se caracteriza como desenvolvimento econômico local, pois os indivíduos são o foco e estes são à base de uma sociedade, valorizando sua autonomia, embora que com um impacto reduzido em relação ao desenvolvimento macro. O desenvolvimento local passou a ser pesquisado dado que a teoria dos modelos tradicionais de desenvolvimento – no plano Estado-Mercado – se mostrou muito simplificado com capacidade próxima a realidade. Segundo Muls (2008), o processo de desenvolvimento econômico provoca “transformações dinâmicas” não somente nos modos de produção e na tecnologia, mas também nas instituições sociais, políticas e econômicas.

Para Milani (2005), os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo de comunicação entre os indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas de ação coletiva. Todavia, estas relações não são reguladas exclusivamente pelo sistema de mercado, desta forma o crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o crescimento local.

Conforme Muls (2008), os mecanismos intermediários entre Estado-mercado são denominados de “formas intermediárias de coordenação”, que são as atividades produtivas que têm promovido o desenvolvimento local, por exemplo, a mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas no mesmo território, gerando novas formas de inserção produtiva e atenuando as desigualdades sociais. Estas medidas

não substituem a ação do Estado ou do Mercado, mas sobrepõem-se a estas, a partir de suas instituições próprias, uma estratégia de desenvolvimento local.

Neste sentido, o entendimento sobre mercados passam a se tornar mais completo e não somente a interação entre demanda e oferta “circunscritos às leis de formação da riqueza econômica, sua alocação e distribuição nas sociedades”, sendo que os mercados passam a ser vistos como espaços de interação social, formados através de sinais e relações que não são apenas “materiais e tangíveis, mas fundamentalmente ativados mediante interações sociais, culturais e cognitivas” (CONTERATO et al., 2013).

Para Muls (2008), é importante captar os mecanismos “extra-econômicos” que contribuem para o desenvolvimento, trazendo fatores institucionais para a compreensão das relações econômicas. Por esta razão, se deve trabalhar o conceito de capital social, pois se torna necessário admitir que existam outros fatores além do Estado e do Mercado como forma de coordenação dos agentes econômicos. Sendo que “os teóricos do desenvolvimento devem admitir que existam outros atores sociais e instituições (formais e informais) que se colocam como arranjos sociais intermediários entre o Estado e o Mercado” (MULS, 2008).

Torna-se de fundamental importância, estudar as especificidades de cada região com o intuito de apontar as necessidades e barreira para o desenvolvimento local. Como salienta Navarro (2001), o desenvolvimento local se tornou pauta de estudos devido ao aumento de ONGs atuantes em regiões geográficas restritas. Estas ONGs criam estratégias de ação local, intensificadas quando os processos globalizantes se aceleram. Ainda segundo este autor, a descentralização de poder vem aumentando na economia da América Latina, em especial do Brasil, o que resulta em uma transferência de responsabilidade de Estados antes tão centralizados, acarretando valorização crescente do “local”, no caso brasileiro, o município. Portanto, “a convergência desses fatores, tem introduzido o desenvolvimento local com outras noções que gradualmente passam a ser orientadas por diversas iniciativas, governamentais ou não”. (NAVARRO, 2001)

Um dos principais debates sobre o local é conhecido como “Desenvolvimento Local Endógeno”, cujo elemento central é “a elevação do local ao espaço preferencial da inserção econômica em uma economia globalizada, substituindo a concorrência entre empresas e entre nações pela concorrência entre localidades”. O

local passa a ser o espaço preferencial de cidadania, articulação social e solidariedade (MOREIRA, 2002).

As teorias do desenvolvimento abordam elementos institucionais que trazem para o seu campo de investigação a contribuição de outras áreas do saber, sendo o território o sujeito de ação coletiva para o desenvolvimento local. Desta forma, ao endogeneizar o papel do território, fica entendido que “cada grupo de instituições e de organismos locais responsáveis por estas trajetórias de crescimento – cada arranjo institucional bem sucedido – é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção” (MULS, 2007).

As instituições representam modos, de pensar e agir, específicos de um grupo ou sociedade, resultantes de um processo histórico produtivo. Os hábitos de pensamento são moldados e recomendados pela cultura, pelas práticas e pela tecnologia, portanto, estão sujeitos a evoluir e a se transformar. As instituições não são permanentes nem imutáveis, mas, sujeitas a mudanças que acompanham o processo de evolução social (CONCEIÇÃO; FEIX, 2014).

Segundo Moreira (2002), a abordagem do “Desenvolvimento Local Endógeno” tem como ponto de partida a existência de duas alternativas colocadas diante à globalização: “adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo investimentos externos para regiões periféricas com objetivos redistribucionistas, ou adotar uma estratégia de desenvolvimento local”. Desta forma o desenvolvimento local endógeno é um processo de mudanças estruturais baseado na utilização do potencial existente em dado território, e a mobilização do potencial de recursos locais de forma a favorecer os rendimentos crescentes e a criação de externalidades positivas.

Segundo Cassiolato et al. (2000), o conceito de capital social é fundamental para o entendimento dos estudos heterodoxos sobre desenvolvimento econômico, tal conceito “é o conjunto complexo de normas, comportamentos, valores e conhecimentos tácitos construído histórica e culturalmente em cada sociedade.” Sendo que para os autores:

“Destaca-se a importância de realizar estudos sobre casos de Sistemas de Inovação mais débeis e mais desiguais internamente, focalizando a história das estruturas e culturas – e de seu capital social específico – com o objetivo de entender o ambiente e suas características propícias (ou não) à inovação” (CASSIOLATO et al. 2000).

Estes estudos tratam de padrões institucionais, normas, culturas e valores próprios com capacidade de desenvolvimento local. Segundo Almeida et al (2006):

“A contribuição da teoria endogenista é identificar que fatores de produção atualmente decisivos são determinados dentro da região e não de forma exógena, como era, até então, entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que regiões dotadas desses fatores ou estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente teriam melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado” (ALMEIDA et al., 2006, p. 211).

Desse modo, para que ocorra desenvolvimento local é necessária à existência de dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população, com o objetivo de elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999).

Ao se tratar de desenvolvimento local, algumas atividades podem ser imediatamente evidenciadas por suas características tipicamente locais. Entre estas atividades podem ser citadas, a Agricultura Familiar, o artesanato e o turismo. Tais atividades não apenas podem impulsionar o desenvolvimento econômico, mas podem desencadear o desenvolvimento de uma forma ampla, em que as esferas socioeconômicas, ambiental, cultural e institucional possam ser abarcadas.

4. SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, ESPECIFICAMENTE...

Sabe-se que a Agricultura Familiar, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016), tem características distintas em comparação à agricultura não familiar, no que se refere à gestão da propriedade, que é distribuída pela família. Sendo que para os Agricultores Familiares, a produção vinda da terra é a maior fonte de renda obtida pelas famílias produtoras. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia.

Percebe-se que a Agricultura Familiar tem ganhado destaque nas agendas políticas e discussões acadêmicas em todo o Brasil, pelo fato deste segmento representar uma importante parcela da produção agropecuária, além de gerar emprego e renda no território nacional. Percebe-se a importância do fortalecimento da Agricultura Familiar, através de políticas públicas e também das relações locais dos Agricultores Familiares com as demais instituições governamentais, de pesquisa e financiamento bancário com a finalidade de reduzir a pobreza e a desigualdade social no meio rural.

A Agricultura Familiar no Brasil entrou para a agenda nacional no início da década de 1990, até então este segmento era designado de diferentes formas, tal como “latifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou como era na década de 1970, agricultores de baixa renda”. A formalização da Agricultura Familiar no Brasil se correlaciona com a origem do MERCOSUL em 1991 (NAVARRO, 2010).

Para Schneider (2010), o ponto de maior relevância para o desenvolvimento rural está relacionado à trajetória das discussões em torno da Agricultura Familiar e de sua capacidade como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. O reconhecimento da Agricultura Familiar e de seus agricultores ganhou destaque na primeira metade da década de 1990, tornando-se uma categoria política, sendo, em seguida, compreendido por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere, atualmente, uma legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente importantes, como a de agronegócio, por exemplo.

Outro ponto apontado por Schneider (2010), como fator importante no processo de debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, foi a crescente intervenção e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto por meio das políticas para a Agricultura Familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. Sob o governo Itamar Franco e depois Fernando Henrique Cardoso, o Estado passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e a promover novas ações no meio rural (SCHNEIDER, 2010).

O terceiro fator, de acordo com este estudioso, sobre a crescente discussão do desenvolvimento rural no Brasil no período recente, refere-se às mudanças no “âmbito político e ideológico.” De um lado, setores das elites agrárias que eram contra o apoio às políticas sociais e de caráter compensatório, e mesmo sendo contra, foi-se implantado a questão da reforma agrária. O outro lado desta mudança, de caráter político e ideológico, está no fato de que na década de 1990 foi construído um entendimento das diferenças fundamentais existentes entre o universo de produtores da agricultura brasileira, de forma a diferenciar a visão sobre a Agricultura Familiar e a agricultura patronal-empresarial, pois a produção familiar seria focada no mercado de produtos de consumo local, ou para o mercado interno, e a patronal-empresarial produziria *commodities*, sobretudo para exportação. Daí acontece um dualismo que se expressa numa concorrência política e ideológica permanente entre o assim chamado agronegócio e as demais formas de produção, em geral agrupadas em torno da Agricultura Familiar e do desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010).

Outro marco da Agricultura Familiar no Brasil foi à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995 com o intuito de promover as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar para atingir o desenvolvimento sustentável por meio de linhas de crédito. “Podem ser projetos destinados ao custeio da safra, a atividade agroindustrial, ou para investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura. Para acessar o Pronaf, a renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

O Pronaf foi criado pelo Governo Federal em resposta aos movimentos sindicais rurais que vinham acontecendo desde 1990. Sua finalidade era prover crédito agrícola para pequenos produtores, pois havia poucas políticas públicas para

este segmento rural, de modo que desde a década de 1980 estes encontravam dificuldades em se manter na atividade econômica (SCHNEIDER, 2003). Tais dificuldades estavam, também, relacionadas à existência da concorrência de mercado e a utilização de vários níveis de tecnologias, fazendo com que os agricultores familiares se encontrassem à margem do desenvolvimento, necessitando, portanto, de apoio estatal, como por exemplo, crédito, assistência técnica e outras políticas, para conseguirem manter um nível socioeconômico mais favorável (MIELITZ NETTO et al. 2010).

Neste sentido, é necessário um conjunto de políticas públicas voltadas para atender a Agricultura Familiar e suas idiossincrasias nas esferas da vida e do trabalho no meio rural. Pois é desse modo que poderão ocorrer avanços na garantia da segurança alimentar e nutricional, no combate à pobreza e na democratização econômica no Brasil (FAO - KEPPLER, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, lançado em 2003 por meio do Governo Federal, possibilitou a aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar com a finalidade de satisfazer aos programas de segurança alimentar para populações desfavorecidas, ou em estágio de risco alimentar e nutricional, e para uso na merenda escolar ou ainda para repor os estoques governamentais. Tem contribuído para a redução da pobreza e superação da fome no país, sobretudo nas regiões agrárias, onde estão as comunidades mais vulneráveis (MIELITZ NETTO et al. 2010).

Outra política que se destaca no âmbito da Agricultura Familiar é o Programa Nacional de Biodiesel da Agricultura Familiar. Lançado em 2004, este Programa busca incentivar as empresas produtoras de biodiesel a recorrerem à matéria prima da Agricultura Familiar, cujo propósito principal é incorporar a Agricultura Familiar a esta cadeia, com a produção de uma alternativa menos poluente de combustível e o desenvolvimento de novos modelos agrícolas para a produção de matéria prima, trazendo, com isso, benefícios fiscais e a compra de biodiesel garantido pela Petrobras (MIELITZ NETTO et al. 2010).

No que se refere às estatísticas oficiais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o marco legal da Agricultura Familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais, o que tornou possível a obtenção de mais

informações sobre este seguimento. Com a criação desta lei foram estabelecidas as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Em 2008, foi criado pelo Governo Federal o Programa Mais Alimentos, em plena crise econômica mundial, com dois principais objetivos: o primeiro era dinamizar a indústria de máquinas e equipamentos, e o segundo era possibilitar aos agricultores familiares a compra de tratores e implementos de pequena potência, resfriadores de leite, equipamentos para irrigação, entre outros, adequados à sua escala, com preços reduzidos e previamente negociados com o governo, condições nas quais o financiamento era assegurado (MIELITZ NETTO et al. 2010).

O Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE, por força de lei federal, estabeleceu, a partir de 2009, que se investissem o mínimo de 30% dos recursos federais e que fossem repassados para o PNAE e seus municípios o valor de seus orçamentos na compra de produtos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar. Além de proporcionar uma relativa segurança para a Agricultura Familiar local ou da proximidade, também trouxe efeitos secundários muito relevantes, pois induziu os agricultores a melhorarem a qualidade de seus produtos para suprir os requisitos do PNAE, melhoria essa que se expandiria para o restante da produção. Além disso, promoveria a criação de grupos, associações e cooperativas, visando ao beneficiamento e à industrialização da produção. (MIELITZ NETTO et al. 2010; TURPIN, 2009).

Todas estas políticas resultaram no fortalecimento da relação entre a Agricultura Familiar e a segurança alimentar e nutricional, e esta relação se espraiou no próprio desenvolvimento do meio rural brasileiro, mesmo diante das desigualdades regionais existentes no País. Outro ponto relevante é a redução da pobreza e da desigualdade com aumento no acesso aos serviços públicos, por meio de políticas de proteção social e geração de emprego, que teve aumento desde a Constituição de 1988.

Segundo Costa et al. (2008) muitos estudos realizados em diferentes partes do mundo “demonstram que a Agricultura Familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda, contribuindo com o desenvolvimento local”, sendo que o espaço utilizado pelos produtores familiares é diversificado e possibilita práticas agrícolas, que preservam o meio ambiente. Além disso, segundo o autor, a

Agricultura Familiar gera externalidades positivas decorrentes de seu desenvolvimento, que são citadas a seguir:

“Garantia de maiores fontes de biodiversidade, melhoria na segurança alimentar, preservação das características paisagistas do território, proteção do capital cultural, fortalecimento das relações familiares, contenção do êxodo rural, entre outras. As unidades familiares, a par de atenderem melhor aos interesses sociais do país, são mais produtivas, asseguram melhor a preservação ambiental e são economicamente viáveis (COSTA et al., 2008, p. 1)”.

A redução da fome no Brasil tem sido próspera, devido à execução de políticas estruturantes como o fortalecimento da Agricultura Familiar, em conjunto com os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Enquanto as agroindústrias e as extensas propriedades rurais dominam a produção agrícola, voltada para o mercado externo, a Agricultura Familiar está progredindo e, recentemente, é responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país. Os investimentos em políticas para apoiar os agricultores familiares somaram R\$ 17,3 bilhões em 2013; o orçamento do programa de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aumentou dez vezes entre 2003-2013 (FAO - KEPPLER, 2014).

A Agricultura Familiar é uma alternativa contra a pobreza, configurando-se como uma forma de buscar o desenvolvimento econômico local. Segundo Reydon et al. (2008), os assentamentos e a reforma agrária ocupam crescente espaço na agenda política, devido ao “potencial que estes agentes econômicos podem dar como a criação de emprego, diminuição do êxodo rural, aumento da oferta de alimentos” e por consequência trazer melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros (REYDON et al., 2008).

Como aponta Sachs (2005), o ponto de partida para acabar com a pobreza é criar uma “rede global” de interações que vá da comunidade mais pobre aos “centros do poder e da riqueza mundial” e retorne a elas, ou seja, é necessária uma estratégia para aumentar a escala dos resultados dos investimentos. Um sistema de governança que atribua poder aos pobres, e também os torne responsáveis. Para o autor, as populações de baixo poder aquisitivo necessitam de seis principais tipos de capital: capital humano, capital empresarial, infraestrutura, capital natural, capital público institucional e capital de conhecimento.

Historicamente os agricultores familiares diversificaram sua produção para o autoconsumo devido às condições que se encontravam no passado:

“Acesso precário aos mercados; imperfeições do processo de comercialização que tinham como resultado a baixa remuneração do esforço produtivo e a transferência de renda para os intermediários; insegurança alimentar por causa distância dos mercados e isolamento nos períodos de chuva e pelas acentuadas variações de preço entre a safra e entressafra e ausência de mecanismos de financiamento e proteção contra os riscos da natureza (AMARAL FILHO et al., 2004, p. 34)”.

Ainda segundo Amaral Filho et al. (2004), diante destas condições era necessário diversificar e buscar o máximo de autossuficiência alimentar e produtiva. Percebe-se que, à medida que estas dificuldades foram diminuindo, muitos grupos de agricultores ajustaram suas estratégias, inserindo-se nos mercados, tornando-se especializados com foco em produtos de maior valor agregado.

Uma das grandes dificuldades da Agricultura Familiar em alcançar estabilidade e espaço econômico vem das reduzidas oportunidades de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação. É o que ocorre, sobretudo nas áreas mais pobres do Nordeste, onde ainda é importante a existência de um comerciante, conhecido como bodegueiro ou atravessador, que se torna o destinatário natural dos resultados do trabalho agrícola (ABRAMOVAY, 1999).

Nos casos em que o crédito agrícola formal chega a estas famílias, o resultado na produção é imediato, mesmo que os produtos sejam os convencionais. Os efeitos são a elevação da renda, tornando o agricultor familiar mais independente e, por aí, abre a via para inserir-se em mercados competitivos. Vale destacar que mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas, há um espaço expressivo a ser ocupado pela Agricultura Familiar cujo funcionamento, entretanto, vai depender basicamente de sua capacidade de sistematização local e pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a base de sua inserção social (ABRAMOVAY, 1999).

Ainda conforme Abramovay (1999), o meio rural é visto pela sociedade como um espaço unicamente produtivo. Porém, pode ser observado o potencial de preservação ambiental, de lazer e do contato com a natureza que este segmento

pode oferecer e que estão cada vez mais valorizados. Diferentemente do que ocorre nos países europeus, a atuação dos agricultores familiares brasileiros nas atividades de turismo rural e ambiental é mínima. Para que este potencial mercado rural se desenvolva, é importante que ocorra a “democratização do acesso aos mais modernos meios de comunicação, bem como a relativa descentralização dos investimentos e a construção de novas rotas de transporte no País que serão benéficos não só aos produtos agrícolas tradicionais, mas permitirão também a ampliação destas novas atividades rurais”.

5. SOBRE OS DADOS QUE REVELAM A AGRICULTURA FAMILIAR

No cenário brasileiro, a Agricultura Familiar é imprescindível na organização do espaço agrário, bem como uma estratégia de diminuição da pobreza em regiões com pouca diversificação produtiva. Conforme Lima e Silva (2012), todos os anos, a Agricultura Familiar movimenta bilhões de Reais para o país, produzindo mais da metade dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo que também “tem participação na criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição das saídas do campo para as cidades”.

O setor agropecuário familiar faz parte da história do Brasil e da humanidade. No entanto, com o desenvolvimento tecnológico ao longo dos anos, a influência do setor agropecuário familiar foi perdendo espaço no próprio setor agropecuário e nos outros setores produtivos da economia. Por isso, o termo “familiar” tem sido associado ao passado, ao atraso e a pouca significância. Porém, ao analisar a importância do sistema familiar de produção dentro do contexto socioeconômico contemporâneo, quando se questiona as condições de vida das pessoas que subsistem do campo, o problema do êxodo rural e, conseqüentemente, a tensão social decorrente da desigualdade social no campo e nas cidades, sua importância no cenário nacional ganha representatividade e importância econômica e social (GUILHOTO et al. 2006).

Mesmo sob dificuldades como escassez de terras e capital, falta de financiamento, pouco acesso à tecnologia e assistência técnica, a Agricultura Familiar é muito representativa na riqueza e renda do país, mesmo diante das

dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar. No entanto, o processo de modernização da produção rural, muitas vezes, beneficia mais a produção em larga escala do que a familiar, além disso, a divergência, em termos de tamanho, capital e tecnologia, tornam as prioridades de cada produtor familiar diferentes. Os objetivos difusos da classe dificultam a sua organização em busca dos seus próprios interesses. Embora existam grupamentos locais, como associações e cooperativas que auxiliam o sistema familiar em algumas regiões, eles são totalmente inexistentes em outras. Isto ajuda a entender a importância estratégica da Agricultura Familiar, destacando que, além de seu fundamental papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades, este setor deve ser visto como uma fonte de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país (GUILHOTO, 2007).

Na Tabela 1, pode-se observar a participação da Agricultura Familiar em relação ao total Agropecuário, bem como o seu Valor Bruto da Produção, para os anos 1995/96 e 2006. No Brasil, apenas 32% da área de cultivo Agropecuário pertencia a Agricultura Familiar no ano de 2006. E em relação ao Valor Bruto da Produção, para o mesmo ano, denota-se uma participação de 40% do total brasileiro.

Tabela 1: Participação da Agricultura Familiar no total da área e do Valor Bruto da Produção, dos anos 1995/96 e 2006.

REGIÃO	Área AF/Total (%)		VBP AF/Total (%)	
	1995/96	2006	1995/96	2006
Nordeste	44	47	43	52
C. Oeste	13	14	16	17
Norte	38	42	58	69
Sudeste	29	29	24	24
Sul	44	43	57	58
Brasil	31	32	38	40

Fonte: FAO/INCRA – Censos Agropecuários 1995/96 e 2006.

Outro dado caracterizador da Agricultura Familiar no Brasil pode ser visto na Tabela 2, que é o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar e o seu percentual de participação em relação ao total de estabelecimentos agropecuários. No ano de 1995/96 foram contabilizados 4.139.369 estabelecimentos da Agricultura

Familiar brasileira, o que corresponde a 85,2% do total. Enquanto no ano de 2006 foram 4.367.902 estabelecimentos, com uma participação de 84,36% do total.

Tabela 2: Número de estabelecimentos da Agricultura Familiar e percentual com relação ao total de estabelecimentos agropecuários

REGIÃO	Ano 1995/96		Ano 2006	
	Estab. Total	% Estab. s/ total	Estab. Total	% Estab. s/ total
Nordeste	2.055.157	88,30	2.187.296	89,12
C. Oeste	162.062	66,80	217.495	68,35
Norte	380.895	85,40	413.136	86,73
Sudeste	633.620	75,30	699.978	75,89
Sul	907.635	90,50	849.997	84,45
BRASIL	4.139.369	85,20	4.367.902	84,36

Fonte: FAO/INCRA – Censos Agropecuários 1995/96 e 2006.

A Agricultura Familiar possuía, nos períodos analisados, uma grande participação no que diz respeito ao Valor Bruto da Produção, sendo os mais significativos à produção de mandioca, feijão, leite de vaca e suínos. Houve uma queda da participação da Agricultura Familiar na produção de suínos de 58,50% em 1995/96 para 51% no ano de 2006. Na produção de milho, a queda foi de 48,60% em 1995/1996 para 47% em 2006. Para a produção de soja, os percentuais foram de 31,60% para 16,90% (vide Tabela 3).

Tabela 3: Participação da agricultura familiar no VBP de produtos selecionados (em % do VBP total do produto)- 1995/96 FAO/INCRA.

Produto	95/96 - FAO/INCRA	2006 - Lei AF
Mandioca	83,9	88,3
Feijões	67,2	68,7
Leite de vaca	52,1	56,4
Suínos	58,5	51,0
Milho	48,6	47,0
Arroz	30,9	35,1
Cafés	25,5	30,3
Trigo	n.d.	20,7
Ovos	n.d.	17,1
Soja	31,6	16,9

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE e INCRA/FAO (1999) e Censo Agropecuário 2006 – IBGE

Na Tabela 4 é apresentada a taxa de ocupação na Agricultura Familiar, estes índices mostram a importância desta atividade produtiva na geração de emprego no Setor Agropecuário. Sendo a região Norte aquela com o maior percentual de pessoas na categoria ocupada que trabalham com a atividade supracitada, em 2006 este percentual foi de 88% em relação ao total de empregos na agricultura em geral, para a região Nordeste o percentual foi de 87,20%, no Sul tal participação foi de 82,60%, no Centro-Oeste, de 58,50% e, por fim, no Sudeste foi de 57%.

Tabela 4: Pessoal ocupado de 14 anos ou mais de idade na agricultura familiar segundo a variável FAO/INCRA.

REGIÃO	Pessoal Ocupado (total)		AF/Total (%)	
	1995/96	2006	1995/96	2006
Norte	1.542.577	1.456.344	82,2	88,0
Nordeste	6.809.420	6.716.762	82,9	87,2
Sudeste	2.036.990	1.871.374	59,2	57,0
Sul	2.839.972	2.413.457	83,9	82,6
Centro- Oeste	551.242	590.918	54,1	58,5
Brasil	13.780.201	13.048.855	76,9	78,8

Fonte: FAO/INCRA – Censo Agropecuário (1995/96 e 2006)

Observou-se com estes dados a importância que a Agricultura Familiar tem no Brasil no que diz respeito à geração de emprego, Valor Bruto da Produção e número de Estabelecimentos. E, ainda, que com a heterogeneidade das regiões brasileiras, a Agricultura Familiar é relevante em todos os aspectos considerados para todas as regiões. Contudo, para o presente trabalho, faz-se necessário um olhar mais apurado sobre o estado de Minas Gerais.

Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizada na Região Sudeste do país, sendo o 4º estado com a maior área territorial e o 2º em quantidade de habitantes. Limita-se pela Bahia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, e Espírito Santo. Seu território é subdividido em 853 municípios (IBGE, 2017).

Historicamente a ocupação de Minas Gerais iniciou-se em fins do Século XVII, apesar de que antes já existissem criadores de gado na bacia do rio São Francisco. Devido à extração de ouro do século XVII, logo essa região se desmembrou em vilas: Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará, São João Del Rei, e Mariana. Nos séculos XVII e XVIII, a mineração foi responsável por absorver quase toda a mão de obra, desta forma quase não existiam atividades agrícolas e manufactureiras. Além da mineração, a economia resumia-se ao cultivo de uma ou outra lavoura e à criação de porcos. Tudo o mais que se necessitava era importado de outras regiões brasileiras (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96).

A partir de 1750, porém, a mineração entrou em declínio. A escassez fez com que as atividades de tecelagem e pequenas fundições de metais se desenvolvessem na região. Porém, em 1785 a Metrópole proibiu a instalação de manufaturas e extinguiu as já existentes, por temer a emancipação de sua Colônia. Desta forma, houve impedimento a um potencial crescimento industrial, que poderia transformar a estrutura econômica da Colônia. A população mineira teve, então, que optar entre a agricultura e a pecuária, utilizando técnicas modestas então surgiram as lavouras de cana-de-açúcar, algodão e fumo. A pecuária se tornou a principal atividade econômica, e fatores como o abandono das minas e, séculos depois, o declínio da lavoura cafeeira contribuiu para intensificar a pecuária em Minas Gerais (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96).

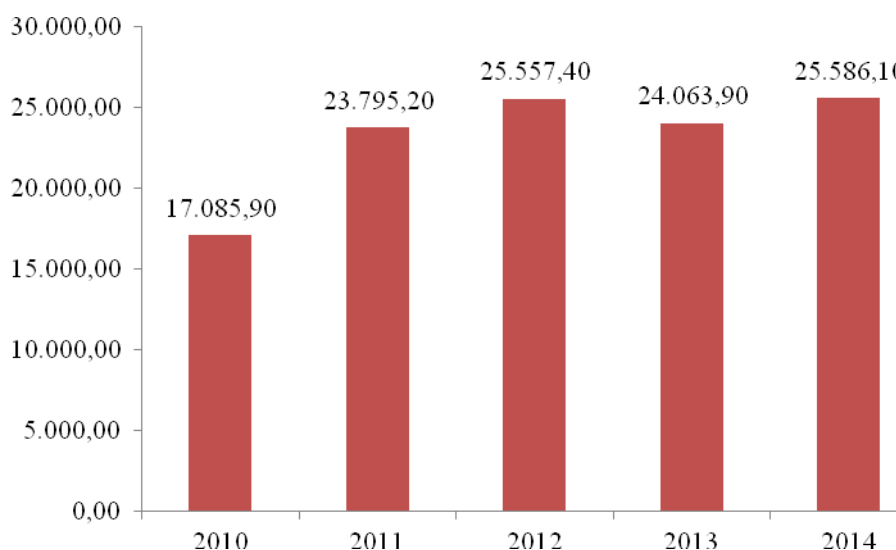
No estado, as áreas de produção leiteira situam-se nas proximidades dos centros urbanos, enquanto a pecuária de corte ocupa as regiões mais agrestes e distantes. Com a evolução da pecuária (atividade dominante no meio rural), uma grande evasão da população rural de Minas Gerais ocorreu, principalmente, em direção aos campos do Centro-Oeste e para as cidades do próprio estado mineiro e dos demais estados do Sudeste. Em 1995/96, Minas Gerais possui o maior rebanho bovino leiteiro do País, e ocupa o primeiro lugar na produção de leite e café, tendo, ainda, importante participação como produtor de algodão, arroz, banana, batata-inglesa, feijão, laranja, mandioca, milho e soja (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO 1995/96).

No Gráfico 1, pode ser observada a participação de Minas Gerais com relação ao PIB brasileiro, os anos com maior percentual foram os anos de 2012 e 2013, ambos com 9,2%. E o menor percentual foi no ano de 2002, com 8,3%.

GRÁFICO 1: Participação de Minas Gerais no PIB brasileiro – 2002-2014

Fonte: FJP, Centro de Estatística e Informações, Sistema de Contas Regionais de Minas Gerais; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No que se refere ao resultado nominal (preços correntes) do Valor Adicionado da agropecuária mineira, seu melhor desempenho foi no ano de 2014, com R\$ 25.586,10 milhões e no ano de 2012, com o valor de R\$ 25.557,40 milhões. O menor Valor Adicionado da agropecuária de Minas Gerais foi no ano de 2010, com R\$ 17.085,90 milhões.

GRÁFICO 2: Valor Adicionado da Agropecuária de Minas Gerais (em milhões) – 2010-2014

Fonte: FJP, Centro de Estatística e Informações, Sistema de Contas Regionais de Minas Gerais; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No que diz respeito à Agricultura Familiar de Minas Gerais, o dado mais completo fora obtido do Censo de 2006. Vale lembrar que o Censo de 1995/96 não dispunha dos dados desagregados por Unidade Federativa, portanto serão apresentados apenas os dados de 2006 para Minas Gerais.

Tabela 5: Número de Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar e Não Familiar para o Sudeste e Minas Gerais no ano de 2006.

Região	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Sudeste	699 978	12 789 019	222 071	41 447 150
Minas Gerais	437 415	8 845 883	114 202	23 801 664

Fonte: FAO/INCRA – Censo Agropecuário por Unidade de Federação (1995/96 e 2006)

Pela tabela 5 é possível identificar o número de estabelecimentos que compõem a Agricultura Familiar e a não familiar, assim como a área ocupada por essas atividades na região Sudeste e em Minas Gerais. Para a região, o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar é de 699.798 e a área ocupada é de 12.789.019 hectares. Na agricultura não familiar, o número de estabelecimentos é de 222.071 e ocupa uma área de 41.447.150 hectares. Com estes dados, pode-se constatar que a Agricultura Familiar possui quase que o triplo de estabelecimentos da agricultura não familiar e ocupa uma área cerca de três vezes menor.

No que concerne ao estado de Minas Gerais, o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar foi de 437.415 e o da agricultura não familiar foi de 114.202. Ou seja, a Agricultura Familiar possui cerca de quatro vezes mais estabelecimentos que a agricultura não familiar e ocupa cerca de três vezes menos área do que esta última (8.845.883 hectares para a Agricultura Familiar e 23.801.664 para a agricultura não familiar).

Tabela 6: Percentual do Pessoal Ocupado de 14 anos ou mais de idade e do VPB na Agricultura Familiar para Minas Gerais no ano de 2006 (critério da Lei 11.326)

Item	2006	%
Pessoal ocupado (pessoas)	1.177.116	62%
- com 14 anos ou mais de idade	1.113.386	61%
Valor Bruto da Produção (R\$ milhões)	5.967	32%

Fonte: Censo Agropecuário por Unidade de Federação, 2006.

A tabela 6 mostra que a participação do pessoal ocupado na Agricultura Familiar com 14 anos ou mais supera os 60% do total de pessoal ocupado na agricultura como um todo. Contudo, o Valor Bruto da Produção para a Agricultura Familiar é de cerca de 30% do total. Tais indicadores evidenciam que a despeito de possuir um número de estabelecimentos significativamente maior do que a agricultura não familiar, e ocupar um volume de pessoal também expressivamente maior, o VBP da Agricultura Familiar é relativamente baixo. Este resultado reflete a estrutura produtiva agrária brasileira de agroexportação.

Tabela 7: Indicadores de produtividade da agricultura familiar

Item	Familiar	Não familiar
Mão de obra (pessoas / 100 ha)	13,3	3,0
VBP anual (R\$ / ha)	675	541

Fonte: Censo Agropecuário por Unidade de Federação, 2006.

A tabela 7 apresenta dois indicadores de produtividade para a Agricultura Familiar e a agricultura não familiar, quais seja: a mão de obra (ou número de pessoas) por cada 100 hectares e o VBP anual em unidades monetárias por hectare. A Agricultura Familiar absorve 13,3 pessoas (mão de obra) a cada 100 hectares e apresenta um VPB por hectare de R\$675. Por outro lado, a agricultura não familiar absorve 3,0 pessoas (mão de obra) e gera um VPB de R\$541. Com isso, tem-se que além de a produtividade da mão de obra da Agricultura Familiar ser cerca de quatro vezes maior, o VBP em termos de produtividade é, também superior.

6. VOLTANDO AO SUJEITO DE ESTUDO

Acredita-se que os fundamentos teóricos apresentados anteriormente, assim como os dados anteriormente descritos, creditam a Agricultura Familiar como uma atividade produtiva com capacidade expressiva para protagonizar o desenvolvimento local não apenas do ponto de vista econômico, mas, também, sob a perspectiva da cultura local, do meio ambiente, etc..

Tomando as referências geográficas macro, Mariana³, e micro, o assentamento Cafundão, sujeitos de estudo desta pesquisa, supõe-se que seja interessante uma narrativa que melhor fundamente a gestação do trabalho ora desenvolvido, tendo em vista que este é resultado de um Programa de pesquisa que abriga outra proposta cujo objetivo maior é pensar a diversificação produtiva da região dos inconfidentes.

As políticas públicas de ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superiores brasileiras implementadas nos governos Lula e Dilma, resultaram em um considerável crescimento da universidade, tanto no quesito volume de capital humano quanto infraestrutura física. A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) não esteve fora deste processo. Nos últimos 15 (anos) foram criados inúmeros cursos de graduação – tanto nas modalidades presencial quanto à distância – e pós-graduação (mestrados e doutorados acadêmicos e/ou profissionalizantes),

Esta expansão ampliou o número de professores pesquisadores e extensionistas interessados em pensar as questões favoráveis e impeditivas do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural dos municípios nos quais a UFOP possui seus campi (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade). Deve-se ressaltar que vários projetos de pesquisa e extensão – isolados ou em grupos – apresentavam esta preocupação antes do processo expansivo da referida universidade. Todavia, o aumento do volume de capital humano adquirido pela UFOP, nos últimos anos, potencializou tal preocupação.

³ Com 1.194,208 km², localizado na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, é o 10º município do estado em PIB. A população estimada em 2016 é de 59.343 habitantes. Em 2015, o salário médio mensal era de 3 salários mínimos. Em 2014, o PIB per capita era de R\$ 86.042,63. E o seu IDH-M em 2010 era de 0,742. A população residente é constituída por 26.583 homens e 27.636 mulheres (IBGE, 2017).

Entre as diversas propostas que vem sendo implementadas, tanto na qualidade de pesquisa quanto de extensão (ou nas duas modalidades, simultaneamente), surgiu à ideia da criação de um programa que abrigasse pesquisadores e extensionistas de várias áreas do conhecimento que estivessem dispostos a trabalhar, em suas especialidades, a diversificação produtiva em Mariana e Ouro Preto, principalmente.

Com isso, foi criado em 2015 o denominado Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto e Mariana (NUPEDES). O NUPEDES conta com cerca de dez pesquisadores/extensionistas das áreas de Administração, Economia, Sociologia, Nutrição, Arquitetura, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, dentre outras. Conta com bolsistas de graduação de diversas áreas, assim como bolsistas de mestrado em Economia Aplicada e Nutrição.

Em sua fase inicial, o NUPEDES, associado a projetos já existentes, buscou mapear possíveis distritos candidatos a sujeitos de estudo dentro da proposta central da diversificação produtiva. Neste mapeamento, dois locais chamaram a atenção dos pesquisadores/extensionistas que compunham o Núcleo, a saber: o subdistrito de Piedade, que pertence ao distrito de Santa Rita de Ouro Preto (em Ouro Preto) e o Assentamento Cafundão, que pertence, como já descrito anteriormente, ao distrito de Cachoeira do Brumado, em Mariana.

Santa Rita de Ouro Preto teve, historicamente, na produção de carvão, sua renda principal. No entanto, nos últimos anos a produção agrícola familiar vem despontando e se tornando expressiva. De forma associada, os produtores têm encontrado mercados promissores, e um deles é a UFOP. Com base na lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a qual determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deva ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, a UFOP tem feito – a partir do ano de 2017 – as aquisições de gêneros alimentícios para as refeições produzidas e

servidas em seus Restaurantes Universitários (RUs) da Agricultura Familiar, mais especificamente do subdistrito de Piedade de Santa Rita de Ouro Preto.

Santa Rita de Ouro Preto, ainda que com dificuldades de ordem burocrática e infraestrutural, tem conseguido atender a demanda do RU/UFOP. Pois, há na comunidade um notório grau de organização e cooperação dos associados que facilita perpassar, com relativa facilidade, os percalços encontrados ao longo de processo de compra e venda. Por outro lado, o grau de organização em que o assentamento Cafundão – sujeito de estudo do presente trabalho – se encontra atualmente, restringe, entre outros fatores, a entrada da comunidade no comércio com um mercado da magnitude do RU/UFOP.

O assentamento Cafundão tem na produção de utensílios em pedra sabão a sua principal fonte de renda. Constata-se que a produção agrícola familiar se apresenta de forma ainda bastante incipiente. Esta constatação ficou evidente ao longo dos quatro anos em que a equipe de professores e discentes que atualmente pertencem ao NUPEDES começou a desenvolver projetos extensionistas na comunidade.

Em 2014, fez-se uma primeira visita ao assentamento para que se conhecesse a comunidade e se observasse com que tipos de necessidades os indivíduos que lá viviam se deparavam, sobretudo, no âmbito da produção. O foco era a fábrica de utensílios em pedra sabão. As visitas ocorriam aos sábados, em média uma vez por mês. A equipe se apresentava como uma equipe de professores e alunos da UFOP que trabalhava sob a perspectiva da Economia Solidária e que estava disposta a desenvolver alguns projetos extensionistas com (e para) a comunidade. Deve-se ressaltar que a receptividade foi muito calorosa.

Os trabalhos se davam em três fases: a pré-visita, a visita, a pós-visita. A pré-visita era muito mais uma preparação da equipe, tanto em termos teóricos – discussões sobre a economia solidária, associativismo e cooperativismo – quanto prática, pois, se buscava entender o sujeito de estudo a partir desta visão teórica. A fase da visita era a conversa com a comunidade, vivência que embora fosse em um período de tempo restrito (duas horas), era bastante proveitosa no que se refere ao intercâmbio de informações e conhecimentos. Na fase pós-visita, fazia-se uma reunião para se discutir o que se aprendeu e o que se podia aprender nas próximas visitas.

Em termos técnicos, a equipe se defrontava com inúmeras dificuldades na execução do trabalho, a mais significativa, pelo menos até 2016, era o acesso. O caminho que levava ao Assentamento Cafundão não era pavimentado, logo, a chuva, por diversas vezes, foi um fator impeditivo da visita, pois o caminho ficava escorregadio até para carros mais potentes. Contudo, recentemente, a prefeitura de Mariana melhorou o referido acesso. Um segundo impedimento, atualmente, é a escassez de recursos com o qual se defronta a universidade pública. Esta escassez restringiu a quantidade de vezes que cada unidade departamental pode fazer uso dos transportes (carros) da UFOP. Com isso, em algumas vezes ou se usa os carros dos professores e de alunos, que os cedem de forma voluntária, ou não é possível à realização do trabalho.

Outra dificuldade com a qual as equipes de trabalho se defrontam é a alta rotatividade dos discentes que pertencem aos grupos de trabalho. Pode-se dizer que a extensão, neste tipo de projeto, necessita ser continuada, mas a maior parte dos alunos fica fazendo parte do projeto por, em média, dois anos. Todavia, o primeiro ano é muito mais preparatório para que o aluno consiga lidar com os imprevistos e as novidades da execução do projeto. Sendo assim, neste período inicial o discente passa por algumas dificuldades de adaptação.

De 2014 a 2015, a equipe esteve na comunidade muito mais para interações pessoais e conhecimento da construção histórica do assentamento. Houve um incentivo para que a associação participasse de eventos e editais ligados à Economia Solidária e à Agricultura Familiar. Em 2016 a equipe, em uma das suas visitas técnicas discutiu a possibilidade de diversificação produtiva por meio da Agricultura Familiar e da agroecologia. Indagados sobre a possibilidade de produzir para o mercado o que a equipe já identificava que os membros da comunidade produziam para consumo próprio em seus quintais – em termos de produtos agrícolas – a resposta foi afirmativa quanto a esta possibilidade. No entanto, a grande questão era: que mercado era este?

A equipe tratou de fazer um levantamento sobre o interesse que possíveis consumidores poderiam ter pelos produtos agrícolas produzidos no Assentamento Cafundão. Este levantamento se limitou à universidade em seus dois campi (Ouro Preto e Mariana). Cerca de 150 pessoas afirmaram ter interesse em adquirir tais produtos com frequência considerável. Com estes resultados em mãos, a equipe

sugeriu aos membros da comunidade a participação em um projeto que se denominaria “Circula Agricultura”. Tal projeto tinha como objetivo a realização de uma feira no campus de Mariana uma vez por semana para que, com isso, os agricultores e os consumidores tivessem um contato direto.

Para consolidação do projeto “Circula Agricultura”, assim como outros que fazem parte do NUPEDES, foi necessária à união de vários atores. Dessa forma, o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER MG) e da Prefeitura foram fundamentais. No que tange ao “Circula Agricultura”, por exemplo, a prefeitura cedeu o transporte que faz o traslado dos agricultores entre a UFOP e o assentamento em dias de feira.

O contato inicial do Assentamento Cafundão com a Universidade, para a venda dos produtos agrícolas, foi realizado com sucesso por meio do “Circula Agricultura”. Contudo, as vendas para o RU ainda não aconteceram, e alguns dos motivos para tal são as dificuldades de ordem organizacional e técnica. Em termos organizacionais, ainda que exista uma produção associada na comunidade, esta associação está voltada para a produção dos utensílios em pedra sabão e a fabricação destes utensílios é realizada com o uso de mão de obra masculina. Com isso, denota-se certa limitação das mulheres em participar da tomada de decisão. Percebe-se que se faz necessária uma melhor articulação entre os membros da associação diante da nova empreitada que seria a venda para o R.U.

Em termos técnicos, o volume de produção agrícola no Assentamento Cafundão ainda é muito pequeno para atender uma demanda como a do RU, que se caracteriza por ser contínua (cerca de 10 meses do ano) e em grande escala. Dessa forma, para que se tenha uma expansão da produção agrícola, um longo caminho ainda necessita ser trilhado. Neste percurso serão encontradas inúmeras dificuldades, um exemplo de dificuldade mais evidente é a necessidade de assistência técnica para que a produção agrícola seja melhorada para atender as exigências propostas nos editais de compra.

No que concerne à questão da assistência técnica, salienta-se que a Emater sempre esteve presente no Assentamento Cafundão. Contudo, a empresa conta com um quadro técnico pequeno em relação ao número de municípios que precisam ser atendidos. Com isso, percebe-se a necessidade de se vislumbrar caminhos capazes de fortalecerem o vínculo entre a universidade e as comunidades tais como

o Cafundão, para que se possa contar com formações/assistência oriundas não somente da Emater.

Após o advento das feiras na UFOP executadas pelo projeto “Circula Agricultura” alguns resultados puderam ser identificados na comunidade. O primeiro, e bem relevante, é a participação feminina que se tornou mais frequente. O segundo é que tem havido um esforço para que outros mercados possam ser conquistados. O resultado disso é que, atualmente, a comunidade está também fornecendo produtos para uma escola pública. Ou seja, percebe-se um esforço da comunidade de conhecer e fazer uso da lei nº 11.947.

7. SOBRE A PERCEPÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CAFUNDÃO

Para que a equipe captasse a percepção da comunidade sobre uma proposta de desenvolvimento local por meio da diversificação produtiva, foi aplicado um questionário onde se buscou considerar os aspectos relacionados à possibilidade da diversificação produtiva. Os entrevistados foram homens e mulheres que fazem parte da associação, um total de 11 pessoas foram entrevistadas, sendo 8 homens e 3 mulheres. A associação é composta por aproximadamente 20 pessoas com idade que variam de 24 a 66 anos. Não foi possível entrevistar todas as pessoas que fazem parte da associação em virtude de as visitas acontecerem preferencialmente aos sábados, para que o trabalho dos associados não seja interrompido.

No que tange a escolaridade, do total de 8 homens, 5 possuem ensino fundamental incompleto, 2 não possuem escolaridade e 1 tem ensino médio completo. Por outro lado, das 3 mulheres, 2 possuem ensino médio completo e 1 ensino fundamental incompleto. Em relação ao estado civil, todos os entrevistados são casados.

Em termos do acesso à informação, de acordo com os entrevistados, este se dá por meio de rádio, televisão e telefone celular. Quando perguntados sobre a principal atividade que exerce (ou exerceria), os homens responderam que é o artesanato em pedra sabão e as mulheres responderam que era a agricultura. Contudo, deve-se salientar que a renda familiar vem prioritariamente do artesanato em pedra sabão. Sendo que o membro mais velho da associação é aposentado,

mas continua suas atividades artesanais em pedra sabão. Ainda em relação à renda, foi perguntado se a renda obtida era suficiente para comprar todos os bens e serviços que o entrevistado julgava necessários a sua família, 7 homens responderam afirmativamente e as mulheres, negativamente.

Ainda com relação ao aspecto econômico, foi indagado se existe alguma coisa que o entrevistado gostaria de comprar para a família (ou para ele próprio), mas não compra por não ter dinheiro. Três dos oito homens disseram que não há nada que queiram adquirir e não adquirem por não ter dinheiro. Dois responderam afirmativamente para compra de bens e serviços de uso familiar, tal como carro e reforma da casa. Porém, dois responderam que gostariam de mais dinheiro não para a família diretamente, mas para o aumento/melhoria da produção artesanal. No caso das mulheres, a compra de equipamentos para melhoria e/ou ampliação da produção agrícola familiar esteve presente em uma resposta. Outra resposta a mesma pergunta esteve associada à compra de uma televisão e, por fim, houve uma resposta afirmativa a questão, mas sem arrolar bens e/ou serviços especificamente.

Quando se perguntou sobre se o entrevistado se considera pobre, apenas um (a) dele (a)s respondeu afirmativamente a pergunta. Por considerar que compra bens inferiores, que são mercadorias que se consome por ser de baixo custo e quando se aumenta a renda, há uma queda do consumo destes bens, ainda que tenha uma alimentação que julga saudável e completa. E para a pergunta se sobra dinheiro após pagar as contas e o que faz com essa sobra, caso exista, dois entrevistados responderam negativamente a pergunta, ou seja, não há sobras de dinheiro. Contudo, os demais responderam que há sobras e que estas são usadas para comprar bens relacionados à melhoria da produção ou para posterior consumo de bens para a família (como melhoria no imóvel). Destaca-se que dos entrevistados, três não possuem conta em banco. Contudo, a maioria acredita ser importante tê-la.

No que tange a relação da comunidade com a UFOP, indagou-se o (a) entrevistado (a) se ele/ela conhece a referida universidade, somente um (a) dele (a)s respondeu negativamente. Por outro lado, o Instituto Federal é desconhecido pela maioria. Quando se perguntou sobre o desejo que o (a) entrevistado (a) tinha de que o (a) filho (a) estudasse na UFOP, todas as respostas foram afirmativas. Foi-lhes questionado, também, sobre qual profissão o (a) entrevistado (a) gostaria que seus

filhos desempenhassem e a maior parte das respostas esteve atrelada a livre escolha, apenas duas reponderam que gostaria que os filhos fossem médicos, engenheiros, dentistas. E uma das respostas foi o desejo de que o filho não seguisse a carreira de artesão. Percebe-se, portanto, que não há uma vontade explícita de que os filhos permaneçam no lugar para a sucessão rural nas atividades agrícolas/artesanais.

Ainda no que concerne a relação com a universidade, todas as pessoas acham que deve haver um incentivo maior por parte da instituição em formações (o que algum deles chamou de “fazer mais cursos”) e no processo de compras da Agricultura Familiar. Todos acreditam que as compras institucionais irão continuar e é importante para o desenvolvimento local.

No que diz respeito à alimentação, foi-lhes perguntado se os alimentos que consumiam eram produzidos por eles mesmos. Apenas em duas respostas, o (a) entrevistado (a) respondeu negativamente, nas demais o (a) entrevistado (a) considerou que parte da alimentação é adquirida/comprada e parte é produzida pela família. A maior parte respondeu que a alimentação da família é saudável e define uma alimentação saudável como aquela composta por saladas, verduras, etc.. No que se refere à produção de alimentos, todos consideram importante o uso de práticas agroecológicas e dizem conhecer algumas delas.

No que tange à cultura da comunidade, perguntou-se o que as pessoas vivem atualmente na comunidade e que gostariam de preservar para as futuras gerações: as respostas foram variadas, mas abarcaram as relações pessoais e com o meio ambiente (ex: relação com os vizinhos, relação de amizade, continuidade da produção artesanal, relação com a natureza, local de trabalho). Questionou-se, também, sobre a existência de alguma prática/costume que os avós e pais viveram e que o (a) entrevistado (a) gostaria que fosse preservado. As respostas, em sua maioria estiveram atreladas a continuidade do artesanato em pedra sabão. Mas, as relações de amizade, respeito, educação também estiveram presentes nas respostas.

Ainda em relação à cultura local, foi-lhes indagado se existe alguma coisa/prática que os avós e pais viveram e que o (a) entrevistado (a) acha que pode ser descartado, atualmente. A maior parte do (a)s entrevistado (a)s respondeu que não há nada a ser descartado. Contudo, alguns responderam que as práticas muito arcaicas de produção (com muitos sacrifícios físicos) podem ser descartadas, o

modo de educar muito rígido também foi apontada por um (a) entrevistado (a) como descartável atualmente.

Foi-lhes perguntado o que ele (a)s ensinaram aos filhos que consideram que seja importante que os filhos passem aos netos. As respostas, também, estiveram atreladas as relações pessoais e com o meio ambiente (aprender a trabalhar, correr atrás do que precisa, ter sabedoria, ter educação, ser humilde, ter respeito, dialogar, preservar o meio ambiente). Ressalta-se que todos os (a)s entrevistados (a)s se consideram felizes na comunidade Cafundão, não gostariam de sair (ou nunca saíram), e aquele (a)s que saíram (em virtude de condição financeira desfavorável) fizeram para trabalhar nas proximidades da comunidade. Por fim, quando questionados sobre o conhecimento da política pública de referência para a Agricultura Familiar no Brasil, o Pronaf, a maior parte diz conhecer apenas de ouvir falar, mas não tem conhecimento de como acessar o recurso.

8. SOBRE OS CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO CAFUNDÃO.

8.1. Caminhos micros: Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária.

A Economia Solidária (ES) é uma organização com potencial de alavancar as estruturas socioeconômicas da comunidade Cafundão e tem como pilares o cooperativismo, a autogestão e o associativismo. A estrutura da ES pode impulsionar os ativos que trazem uma melhor situação social e econômica para os mais pobres, com foco na organização produtiva autogestionária que tem na articulação local o objetivo de priorizar o capital social.

Segundo Tauile (2009), a Economia Solidária se tornou expressiva no Brasil a partir da década de 1990, os trabalhadores começaram a se organizar nos “empreendimentos econômicos solidários”, com expressivo número de pessoas na forma de cooperativas autogestionárias. A ocorrência do aumento de cooperativas neste período se deveu a uma falta de empregos tradicionais e dificuldade de inserção no mercado de trabalho por falta de novos postos de trabalho. Desta forma, a ES “surgiria como expressão da organização popular de homens e mulheres que,

por meio do trabalho autogestionário, buscavam uma alternativa ao desemprego e às relações de trabalho precário” (TAUILE, 2009).

A investigação por opções diferentes ao modelo socioeconômico predominante no mundo atual está cada vez mais presente, assumindo diferentes posicionamentos para apresentar suas propostas e seus planos de ação. A Economia Solidária (ES) é uma das alternativas mais usadas, porém são empregados também termos como “socioeconomia, economia social, redes de colaboração solidária, empresas autogestionárias, entre tantas outras, ainda que apresentem divergências, possuem elementos comuns que os aproximam e aumentam o seu arcabouço.” (BORINELLI e SANTOS, 2010).

O conceito de Economia Solidária é definido como um sistema socioeconômico aberto, apoiado na concepção da cooperação e da solidariedade com o objetivo de atender às utilidades materiais e de convivência, por meio da democracia participativa e da autogestão, visando à autonomia e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental. De acordo com Borinelli et al. (2010), a liberdade obtida pelas experiências da ES apresenta-se no campo econômico por meio de organizações de autogestão, com o objetivo de implantar modelos inovadores de produção e de interação social amparados em fortes princípios de participação e de cooperação, opondo-se aos modelos de hierarquia e centralização de poder, concentrados na competição e na exploração do trabalho. (BORINELLI; SANTOS, 2010).

As atividades da ES alteram os conceitos da economia tradicional de concentração de riquezas, “tornando-se formas de luta política de grupos da sociedade para a instituição de nova relação com a economia”, além disso, a ES abrange as dimensões econômica, política e social. Quando se trata especificamente do arranjo organizacional da cooperativa entende-se que exista interação social, “na qual toda a gestão é discutida em arena aberta de debates”. As assembleias abrem espaço para discussões e participação nas tomadas de decisões sobre a gestão da cooperativa, aproximando todos os cooperados. Estes espaços trazem reflexão sobre o trabalho na cooperativa dando oportunidade de todos opinarem sobre sua gestão, “o cooperado começa a exercitar sua capacidade argumentativa, participativa e reflexiva” (COELHO; GODOY, 2011).

De acordo com a Carta dos Princípios redigida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2015), a Economia Solidária tem como base a “globalização humanizadora”, com foco no desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Além disto, valoriza a “satisfação racional” das necessidades individuais e conjuntas de todos os cidadãos da Terra por meio de um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida. Desta forma o valor central da ES é o trabalho e a criatividade humana em detrimento do capital e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

A ES expande as possibilidades de trabalho e intercâmbio para cada agente e busca favorecer o progresso próprio e do conjunto, valorizando os benefícios cooperativos. A Economia Solidária permite articular diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam unindo o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo dinâmico e do nível local até o global (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

O Modelo de ES pode substituir o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações e ganha espaço quando cresce a percepção pública do processo de insustentabilidade em que a sociedade contemporânea se encontra. O princípio da ES tem como base a construção de alternativas socioeconômicas sustentáveis e um comprometimento com um modelo de desenvolvimento, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que “consiga integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos no convívio social comunitário.” (BORINELLI; SANTOS, 2010).

Um autor importante nas pesquisas sobre Economia Solidária é Paul Singer, segundo suas pesquisas a economia solidária engloba diferentes segmentos empresariais, porém, com a mesma essência de “associações voluntárias”, com o fim de proporcionar a seus associados benefícios financeiros. O nascimento destas empresas surge como respostas a insuficiências que o sistema dominante se nega a resolver, sendo a pobreza o maior motivo para abertura de empresas solidárias.

A população menos favorecida, segundo Singer (2001), foi colocada em uma situação em que estão fora das empresas que produzem a parte principal da riqueza social. Neste sentido, a forma que essa população sobrevive é por meio de

transferências públicas, seja na forma de “aposentadorias, pensões, cestas básicas ou *green stamps*, merenda escolar”, ou por transferências privadas, como por exemplo, ONG’s e obras de caridade, ou na forma de trabalhos que não necessitam de qualificação profissional, e geram emprego por conta própria: “serviços domésticos remunerados, biscates, venda de bens ou serviços na rua, sendo os serviços muitas vezes uma mistura de extorsão com mendicância, como a guarda de carros na rua etc.” (SINGER, 2001).

Para Singer (2001), a cooperativa que alcançou espaço no mercado e impulsionou a agricultura, é a de comercialização, principalmente por parte dos agricultores familiares que ficavam a mercê do comércio atacadista, pois compravam a preço baixo dos produtores rurais a produção. E por parte dos industriais que lhes vendem “sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos”. Visto isso, a alternativa dos pequenos agricultores para conseguir melhores condições para venda de seus produtos foi criar empresas solidárias que realizassem para os agricultores as compras e as vendas, proporcionando-lhes “poder de mercado”. Além da agricultura, a cooperativa de comercialização também existe na zona urbana, como “taxistas, processadores de dados, artesãos etc.” (SINGER, 2001).

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as cooperativas se referem a um movimento social e econômico, relação entre pessoas que tem como princípio a cooperação por meio da participação dos associados, com objetivo de atingir o bem comum e promover uma “reforma social” no capitalismo convencional. Este tipo de organização cooperativo se caracteriza pela gestão democrática e participativa, de acordo com as escolhas de seus associados. Portanto, o objetivo é o bem-estar do indivíduo e não o lucro.

No que se refere ao cooperativismo, segundo Singer (2008), este modo de produção cooperativo se divide em categorias que definem suas funções no mercado, sendo existentes as cooperativas de consumo, de crédito, de compra e venda e de produção. O que difere as cooperativas vinculadas a Economia Solidária é o modo de sua gestão, estas possuem sua administração pautada na autogestão, na qual não existe hierarquia entre os cooperados. Assim, todos os cooperados têm as informações “completas” a respeito das decisões e dos fatos ocorridos, pois cada um é responsável pelo desenvolvimento dessa organização. (SINGER, 2008)

Nas cooperativas capitalistas o que define é a gestão hierárquica, ou seja, vários níveis de poder dentro da cooperativa, sendo que os funcionários de menor importância não tem conhecimento sobre a empresa, e conforme a hierarquia aumenta, o conhecimento sobre a cooperativa aumenta na mesma magnitude, sendo este modo de cooperação conhecido como heterogestão. Enquanto a heterogestão tem o objetivo de gerar lucros, a autogestão procura dar às cooperativas solidárias viabilidade econômica, além de democracia e igualdade. (SINGER, 2008)

A conceituação de cooperativismo de acordo com a Lei nº 5.764/71, no seu artigo 4º, assim preceitua: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades...” (SEBRAE, 2012).

De modo geral, a procura por uma cooperativa vem da condição de querer melhorar a situação econômica de um grupo de indivíduos, que juntos consigam solucionar problemas e realizar objetivos comuns. Assim, a cooperativa pode ser entendida como uma empresa que presta serviços aos seus cooperados, sendo um modo que um determinado grupo de indivíduos alcança objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca. Para tanto, a cooperativa atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados (SEBRAE, 2012).

Em relação ao conceito de Associação, em sentido amplo, “é uma iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados”. A associação permite alcançar melhores condições se comparado a aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. (SEBRAE, 2012)

A Lei nº 10.406/2002, em seu art. 53, define associação como: “Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que é uma “forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns” (SEBRAE, 2012).

Pimenta et. al. (2006), aponta que associações “são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro. Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações”.

Segundo a Cartilha do Agricultor Familiar (2009), o associativismo existe como alternativa para viabilizar as atividades econômicas, o que permite pequenos produtores a entrar no mercado não sendo consumido pela concorrência mais forte, dominante no mercado. A meta de se estabelecer o associativismo é o fortalecimento de pessoas e entidades para obter melhor atuação e superar as dificuldades através da união. São exemplos de associativismo as associações, cooperativas, sindicatos, clubes etc.

Visto a importância de um modo alternativo ao modo de produção capitalista, que visa o lucro, a ES se torna importante para fortalecer as empresas marginalizadas, como é o caso da maioria dos agricultores familiares. Assim, fortalecer a Associação de Cafundão e integrar toda a comunidade torna-se viável para aumentar a renda e melhorar as condições socioeconômicas desta parcela da população.

Ademais, a ES pauta-se em uma série de fatores que podem viabilizar o desenvolvimento local sob a perspectiva seniana, quando possibilita, por exemplo, por meio da Agricultura Familiar, o fortalecimento das liberdades necessárias ao desenvolvimento humano. Acredita-se que tal atividade produtiva é uma forte candidata ao desenvolvimento local em Mariana – tendo como referência o assentamento Cafundão –, pela simbiose que consegue catalisar entre o meio ambiente, o social, o econômico e o cultural.

Em termos do meio ambiente, a Agricultura Familiar consegue se mostrar poupadora de recursos naturais, em detrimento da agricultura não familiar, em virtude da preservação e estímulo a biodiversidade local quando a primeira favorece a policultura em detrimento da monocultura. Do ponto de vista socioeconômico, a Agricultura Familiar abre caminho para a ação cooperada e associada, e isto pode resultar no fortalecimento das relações sociais e mercadológicas, o que possivelmente vem a gerar um ganho de bem-estar pelo aumento da renda,

possibilitando um maior acesso a bens e serviços, por parte dos indivíduos que pertencem ao local.

No âmbito cultural, a Agricultura Familiar tem a capacidade de promover o resgate da cultura alimentar e nutricional local, preservando, assim, a memória e as tradições referentes aos hábitos alimentares regionais. Outro aspecto interessante da Agricultura Familiar é que esta é uma atividade que absorve mão de obra feminina e masculina, reduzindo, assim, as assimetrias decisórias oriundas da questão de gênero. Sob esta perspectiva, percebe-se que o assentamento Cafundão passa por uma transformação, pois as mulheres, que antes não participavam de forma efetiva da associação, pelas próprias características da atividade primária de renda, tipicamente masculina, passaram a uma atuação mais protagonista em virtude de terem se tornado “produtoras” e “produtivas”, com isto, as mulheres se tornam independentes financeiramente, que gera mais igualdade de gênero.

8.2. Caminhos macros: Sistema regional de inovação.

No que diz respeito à relevância da inovação, Schumpeter (1942), propõe que ela seja vista como essência e aspecto definidor do capitalismo:

“[...] o capitalismo, então, é pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário. [...] O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte dos novos mercados das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria [...]. Esse processo de destruição criativa é o fato essencial do capitalismo” (SCHUMPETER, 1942, p. 112-113).

A lógica subjacente é que a ondas de destruição criativa associada às inovações ocorre em ciclos com duas fases. Na fase A, uma onda de inovações é desencadeada estimulando gastos e gerando prosperidade enquanto aqueles que controlam as inovações colhem lucros extraordinários. Na fase B, a difusão de inovações entre agentes empresariais intensifica as pressões competitivas, elimina lucros extraordinários e combinações obsoletas de fatores de produção, o que causa uma depressão econômica (SCHUMPETER, 1942).

O Brasil constitui-se de regiões que, assim como na economia mundial, também apontam grandes disparidades entre si, sendo um país que enfrenta duplo desequilíbrio socioeconômico, tanto externo e interno. De modo geral, é um país em desenvolvimento, inserido em uma economia mundial, “composta por países em diferentes níveis de desenvolvimento, que, ainda, apresenta, internamente, regiões igualmente desequilibradas” (CASALI et al., 2010).

Ainda segundo Casali et al. (2010), o resultado da diferenciação regional brasileira, fruto do contexto histórico de cada região, faz com que um processo de concentração econômica esteja na região Sudeste, que é, ao final do século XX, a região mais rica do país. Entretanto, a partir dos anos 1970, iniciaram-se esforços, principalmente do governo federal, com o objetivo de desenvolver as demais regiões. “A partir desse período, a tendência de concentração regional existente no Brasil deixa de ser um consenso, iniciando-se, então, um debate sobre uma provável tendência de convergência de renda”. Para entender o desenvolvimento de uma determinada região, torna-se importante levar em consideração todos os elementos que a integram, com foco nas instituições e interações existentes e as que deveriam existir. Assim para existir um desenvolvimento sustentável é necessária a geração de um ambiente institucional que incentive a “capacitação técnica, inovação, difusão e incorporação de novas tecnologias” (CASALI et al., 2010).

Assim, define-se sistema nacional de inovação como um arranjo institucional entre os agentes de um dado país, este arranjo engloba as “firmas, universidades, institutos de pesquisa, instituições financeiras, governo”, que juntos promovem o desenvolvimento tecnológico de dada região. Dentro desse contexto, segundo Casali et al. (2010):

“como o estímulo das características qualitativas e quantitativas de todo o ambiente e o relacionamento entre pesquisa básica e aplicada, pesquisadores e empresários, inovação, difusão e incorporação de novas tecnologias. Diferentes instituições e inter-relações entre o quadro institucional e o setor produtivo resultam em distintos esforços de inovações e níveis de desenvolvimento em diferentes regiões” (CASALI et al., 2010).

Nos anos 1990, a abertura comercial, a eliminação de subsídios, a flexibilização das normas para o capital estrangeiro e a privatização do setor produtivo e da infraestrutura aboliram definitivamente a política industrial como se

pode concluir nas palavras do então ministro Pedro Malan: “a melhor política industrial é não ter política industrial”. A “não-política industrial” baseou-se na necessidade de estabilizar a economia que ainda amargava os desequilíbrios da “Década Perdida”. O liberalismo explícito na estratégia de estabilização resultou de um lado, no aumento da produtividade e da competitividade industrial, de outro, do ponto de vista macroeconômico, os resultados foram totalmente insustentáveis o que levou a redução do desempenho da indústria (CAMPANARIO; SILVA, 2004).

Em 1999, o Ministério da Ciência e Tecnologia iniciou articulações com o Fórum de Secretários Estaduais de C&T visando à identificação e apoio a arranjos produtivos locais. Posteriormente, foi definido, no âmbito do Fundo Verde Amarelo, criado em 2000, o Programa de Apoio à Inovação em Arranjos Produtivos Locais, na forma de convênios de cooperação técnico-científica com cada estado da Federação, através das Secretarias de C&T estaduais. Com vistas à gestão desse programa, foram estabelecidos comitês gestores estaduais, com representantes dos governos estaduais e federal (MCTI, Finep e CNPq). (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2010).

Em 2004, foi sancionada Lei nº 10.973, conhecida como Lei de Inovação, com o objetivo de incentivar e institucionalizar a pesquisa científica e tecnológica e a inovação no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento do país. Para Moraes (2008), essa lei “representou um novo paradigma para a maior difusão do conhecimento gerado nas universidades e em centros de pesquisa em apoio a inovações no setor produtivo, trilhando, dessa forma, os caminhos abertos pelo modelo dos fundos setoriais, o qual buscou garantir maior participação do setor empresarial nos recursos alocados, no país, para CT&I”.

Nos anos recentes, à luz das experiências internacionais, o governo brasileiro implementou uma série de programas que visavam superar o atraso científico e tecnológico do país. Entre os planos que buscam consolidar a CT&I no Brasil encontram-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Lei de Inovação e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI). Estas ações sinalizavam certa mudança, sobretudo na estratégia de desenvolvimento do país, que frente às possibilidades que se abriram com a atual

conjuntura, poderiam alterar a posição do país na hierarquia mundial de riqueza (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2010).

Um dos componentes para conseguir alavancar o desenvolvimento por meio de inovação científica e tecnológica, observam Suzigan e Albuquerque (2008), é a interação entre universidades/instituições de pesquisa e empresas no Brasil que ainda é insuficiente, não permitindo que o país avance no processo de *catching up* tecnológico. Segundo os autores, a posição intermediária do sistema de inovação do Brasil decorre da existência de instituições de pesquisa e ensino construídas, mas que ainda não conseguem mobilizar contingentes de pesquisadores, cientistas e engenheiros em proporções semelhantes aos do Japão, Coréia do Sul e Taiwan, países que são exemplos recentes e bem-sucedidos de *catching up* tecnológico. Da mesma forma, dizem os autores, no Brasil "as firmas ainda têm um envolvimento relativamente restrito em atividades inovadoras. Como resultado, encontra-se limitado um componente importante dos sistemas de inovação desenvolvidos: uma forte dinâmica interativa entre empresas e universidades – que constituiriam circuitos de retroalimentação positiva entre as dimensões científica e tecnológica" (SUZIGAN; ALBUQUERQUE, 2008).

O Sistema Regional de Inovação é dividido em dois tipos: empreendedor e institucional. O primeiro baseia-se no desenvolvimento do conhecimento, sendo orientado pela geração da ciência ou inovações e tecnologia. Por sua vez, o sistema regional de inovação institucional caracteriza-se por pertencer a uma "estrutura industrial com grande fluxo de baixas e médias tecnologias". Toda essa diferença entre instituições e o setor produtivo resultam em distintos esforços de inovações e diversos níveis de desenvolvimento em diferentes regiões. Assim, o processo de *catching up* de uma região se torna viável por meio da idealização das "capacidades, da infraestrutura e da inter-relação entre estas, tendo em vista os processos de aprendizado dinâmicos, regionalmente localizados" (CASALI et al., 2010).

Tendo como pressuposto que o Sistema Local de Inovação é um determinante para o desenvolvimento local de Mariana, a busca pelo fortalecimento das relações institucionais entre as associações locais, a universidade e a prefeitura será realizada por meio da implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA Inconfidentes).

O NEA Inconfidentes é um projeto de extensão aprovado pelo CNPq em fins de 2017, cujo objetivo é a construção de dois espaços denominados Unidades de Referência em Agroecologia, um localizado em Mariana e outro em Ouro Preto. Com o apoio da prefeitura, que se propôs a ceder um espaço físico para o funcionamento da Unidade de Referência de Mariana, pretende-se fazer com que pesquisas relacionadas à Agricultura Familiar e ao desenvolvimento local do referido município, que estejam em andamento na UFOP possam ser desenvolvidas também na Unidade de Referência.

Acredita-se que o NEA será um laboratório de pesquisa e extensão que contribuirá para que as relações institucionais sejam facilitadas por meio das formações e capacitações, das interações entre as várias áreas do conhecimento e, sobretudo, e da troca de saberes entre o sujeito rural e o sujeito pesquisador/extensionista.

9. SOBRE AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que, sob a perspectiva teórica Seniana, a Agricultura Familiar é uma atividade produtiva com significativo potencial para o desenvolvimento local em seu sentido mais amplo – ou seja, aquele que se dá por meio do desenvolvimento humano – tendo em vista que possui capacidade de gerar empregos e renda, diminuindo, assim, a pobreza em seu aspecto estritamente econômico. Tal atividade permite, também, o acesso da população urbana a produtos agrícolas com preços acessíveis e em condições sustentáveis, essa característica, sob a ótica da produção, pode unir de forma benéfica o econômico com o ambiental; no que tange ao consumo, os produtos oriundos da Agricultura Familiar podem ser um pilar de sustentação da Segurança Alimentar e Nutricional de uma população. Ademais, com a renda oriunda da Agricultura Familiar, a população rural pode, também, adquirir produtos industrializados de maior conteúdo tecnológico (como por exemplo, telefones celulares, computadores, automóveis, televisores, etc.), reduzindo, assim, os possíveis diferenciais de acesso a este tipo de produtos por parte desse estrato da população.

Outra frente fundamental que a Agricultura Familiar pode abarcar é o resgate da cultura local e o fortalecimento do empoderamento feminino. No que concerne ao

resgate da cultura local, este vai desde a valorização das práticas e cultivos locais/regionais, tal como a produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) até o fortalecimento dos movimentos sociais que dão suporte a existência de quilombos e assentamentos no País. Em relação à questão do empoderamento feminino, a referida atividade mostra-se como um leque de possibilidades de atuação da mulher como protagonista tanto no que se refere à produção, pois é uma atividade democrática por absorver mão de obra masculina e feminina, quanto no que diz respeito às decisões políticas em associações, cooperativas, etc..

Contudo, não se pode negar que, a despeito do potencial que a Agricultura Familiar tem como uma atividade produtiva impulsionadora do desenvolvimento local, ainda é uma atividade marginalizada vis a vis a agricultura em grande escala. Acredita-se que um olhar político mais cuidadoso para esta atividade, enquanto um dos caminhos para o enfrentamento da pobreza rural está relacionado a soluções locais que integram trabalhadores, poder público, organizações não governamentais, instituições de pesquisa e fomento para trazer melhorias de infraestrutura, qualidade de vida, acesso a informação e inserção dos produtores familiares ao mercado de bens e serviços.

No âmbito econômico, é preciso que haja um reconhecimento da Agricultura Familiar como uma candidata à diversificação produtiva. A organização desta atividade deve existir na percepção regional ou local, pois cada região possui suas idiossincrasias que devem ser tratadas de forma particular, dadas as suas diferenciações cultural, ambiental e socioeconômica. Levando em conta estes diferenciais, um possível rumo para o fortalecimento da Agricultura Familiar seria o tripé: políticas públicas, sistemas locais de inovação e economia solidária.

Tendo como referência o sujeito de estudo deste trabalho, tem-se denotado que a Agricultura Familiar pode assumir um papel de atividade produtiva diversificadora de produção e multiplicadora de emprego e renda, promovendo, assim, o desenvolvimento local na região de Mariana. Tal efeito multiplicador e diversificador se espalha para além do emprego e da renda pela possibilidade de a Agricultura Familiar trazer melhorias no bem estar social atrelada, entre outros fatores, ao resgate da cultura local.

Em termos da comunidade Cafundão, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que a Agricultura Familiar seja enxergada como um

corpo com musculatura fortalecida. No entanto, algumas transformações já podem ser percebidas, a primeira delas é o reconhecimento de que a UFOP, assim como outras instituições de ensino público, são mercados a serem vislumbrados. Pode-se dizer que o início da caminhada se deu com a participação no projeto Circula Agricultura. Outra mudança identificada é o maior protagonismo feminino na comunidade com o advento da produção e venda dos produtos da Agricultura Familiar.

Acredita-se que com a implantação do NEA, as transformações que estão sendo vivenciadas por esta comunidade serão potencializadas. Pois a Unidade de Referência em Agroecologia de Mariana poderá ser identificada como o fio condutor de um sistema local de inovação voltado à Agricultura Familiar. O contato com outras comunidades que estão à frente, no que concerne aos aspectos organizacionais, também, em muito, poderá contribuir com as mudanças em curso.

Cada um destes temas é tratado pelo autor, e sua análise aponta para uma necessidade de repensar a agricultura familiar enquanto instrumento de desenvolvimento à luz de conceitos de desenvolvimento mais complexos, como aquele que aborda a presença de capital social, assim como as liberdades substantivas e instrumentais propostas por Amartya Sen.

Acredita-se que está claro aos agentes públicos e privados que pensar e executar possibilidades de diversificação produtiva em Mariana tornou-se uma necessidade após os resultados socioeconômicos e ambientais do rompimento da barragem de Fundão. E a Agricultura Familiar, ainda que tenha que superar mitos e receber atenção política diferenciada (por ser uma atividade relativamente marginalizada em todo o país) se coloca como uma forte candidata a catalizadora deste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2018.

ALMEIDA, L. M.; PAULILLO, L. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. B.. **Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 14, p. 205-235, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 27. Belém, Pará, 2001. Anais... Belém: ANPEC, 2001.

ARAÚJO, J.B.C. **Desenvolvimento local e territorialidade: o caso do assentamento Che Guevara, Ocara - Ceará.** CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. Anais. Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010.

BARRO, J. R. **Economic Growth in a Cross Section of Countries.** The Quarterly Journal of Economics, Vol. 106, No. 2. (May, 1991), pp. 407-443.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. **Consequências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira.** Parcerias Estratégicas (Brasília), v. 22, p. 89–119, 2006.

BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.. (orgs.). **Economia Solidária: Propostas e Perspectivas. Revista Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional.** Londrina: UEL, 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Capítulo 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASALI, G. F. R.; SILVA, O. M.; CARVALHO, F. M. A. **Sistema regional de inovação: estudo das regiões brasileiras.** Rev. econ. contemp. vol.14 nº. 3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2010.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H., SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.** IE-BNDES, Nota Técnica 27 Bloco 3. Rio de Janeiro. (2000).

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. **De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários.** Revista de Administração Pública, v. 45, n. 3, p. 721-749, 2011.

CONCEIÇÃO, C. S.; FEIX, R. D. **Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais.** Porto Alegre: FEE, 2014.

CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; TRICHES, Rozane M.; MARQUES, F.C. SCHULTZ, G.. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos.** Série Difusão IEPE/UFRGS. Ed. Via Sapiens, Porto Alegre, 2013.

DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, M. A. (1996) - "**Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira**" - Nova Economia - Belo Horizonte, ed. especial.

DESROCHERS, PIERRE - **Urban Diversity, Human Creativity and Technology Combination**, 06 de janeiro de 2014.

FAO, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (2014). **Pesquisado 03/01/2017, disponível em:** <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>> **Acesso em: 18 out. 2017.**

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. **Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba, SP, vol. 47, nº 03, p. 767-792. 2009.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 29 jan. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais.** Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-anuais/664-monitor-fjp-relatorio-anual-do-pibmg-2014-completo/file>>. Acesso em: 20 out. 2017

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** Ed. Nacional, São Paulo, 1991.

GONÇALVES, J.M.. **Desenvolvimento Local e Mineração: um estudo de caso dos municípios de Mariana e Ouro Preto a partir da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.** Monografia apresentada para integralização do Curso de Ciências Econômicas – UFOP. Mariana, 2014.

GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2018. Disponível em: <<http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/orgao-da-catedral-da-se-de-mariana>> Acesso em: 20 fev. 2018.

GUANZIROLI, C. H. e CARDIM, S. E. (Coord.) **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>> Acesso em: 23 out. 2017.

GUILHOTO, J.J.M. et al. **A importância do agronegócio familiar no Brasil**. RER, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 355-382, jul/set 2006.

GUILHOTO J.J.M., ICHIHARA S.M., SILVEIRA S.V., DINIZ B.P.C., AZZONI C.R., MOREIRA G.R.C.. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados**. In: 35º Anais do Encontro Nacional de Economia; 2007 dez 4-7; Recife, Brasil [Internet]. Recife: ANPEC; 2007

GUILHOTO, J. J. M. et al. **PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados**. Brasília: MDA, 2007. (NEAD Estudos, 19).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 13/11/2017.

INCRA/BRASIL, GOVERNO FEDERAL (2016). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 08 dez. 2016.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GUANZIROLI, C. H. e CARDIM, S. E. (Coord.) **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>> Acesso em: 23 out. 2017.

KEPPLE AW. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional: Relatório 2014**. Brasília: FAO; 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf> Acesso em: 05 nov. 2018.

LIMA O. C., SILVA S. S., **Agricultura Familiar: análise a partir da fundamentação de autores a cerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. IV GESPET – Encontro de Gestão Social do PET, anais (2012).

MIELITZ NETTO, C.G.A.; MELO, L.M.; MAIA, C.M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

- MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.
- MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. 2016.
- MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. 2017.
- MOREIRA, B. T. **Desenvolvimento Local Endógeno. Entre a competitividade e a Cidadania**. Estudos Urbanos e Regionais, 2002, Nº 5, p. 23-37.
- MULS, L. M. **Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais**. Economia, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p.1-21, jan./abr. 2008.
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. (2001).
- NAVARRO, Z. (2010). **A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In: GASQUES, José Garcia; NAVARRO, Zander e VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro (Orgs), p. 185-209.
- PREBISCH, R. (1949). **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2017. **Histórico**. Disponível em: <<http://turismo2014.mariana.mg.gov.br/apresentacao-e-historico>> Acesso em: 06 nov. 2017.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, 2018. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/historico>> Acesso em: 31 jan. 2018.
- REYDON, B; ESCOBAR, H.H.; BERTO, J.L. 1999. **Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luz - Santa Catarina**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. Anais.
- REYDON, B.P. COSTA, J.P.; RIMKUS, L.M.; **Agricultura Familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda**. (2008) Campinas/SP: UNICAMP.
- SACHS, J. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos anos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

- SCHNEIDER, S. (2003a) **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.18, n.51, p.99 - 121.
- SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.
- SCHUMPETER, J.A. (1942). **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SEBRAE. **Mapa Estratégico do Sistema Sebrae. Série empreendimentos coletivos**. Dezembro de 2012.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1999.
- SINGER, P. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e Estado, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.
- SINGER, P.; OLIVEIRA, Paulo S. (2008). "Economia solidária (entrevista)". In: Estudos Avançados, 22 (62), pp. 289-314.
- SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (texto originalmente escrito em 1776). Coleção "Os Economistas"
- SOUZA, J. M. de. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- TAUILE, J. R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**. In: Escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul. 2009.
- VEIGA, J.E. da. **Desenvolvimento Sustentável (Desafio do Século XXI)**. Ed. Garamond Universitária, São Paulo, 2005.
- VILPOUX, Oliver F.; OLIVEIRA, Euler J. **Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais**. Revista de Economia Contemporânea, v. 14, n. 1, p. 85-111, 2010.
- VISCONTI, Gabriel Rangel. **Arranjos cooperativos e o novo paradigma tecnoeconômico**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. [317]-344, dez. 2001.

ANEXO

Questionário

1. Idade
2. Sexo
 - a) Masculino
 - b) Feminino
3. Escolaridade
 - a) Sem escolaridade
 - b) Fundamental incompleto
 - c) Fundamental Completo
 - d) Ensino Médio Incompleto
 - e) Ensino Médio Completo
4. Estado Civil
 - a) Solteiro
 - b) Casado
 - c) Outros. Qual?
5. Acesso à informação
 - a) Radio
 - b) Televisão
 - c) Internet
 - d) Outros. Quais?
6. Qual a principal atividade que exerce?
7. Desenvolve atividade complementares de renda?
8. A renda que você ganha é suficiente para comprar todos os bens e serviços que você e a sua família precisam?

9. Tem alguma coisa que você gostaria de comprar para você e para a sua família e não compra porque não tem dinheiro?
10. Para você o que é ser uma pessoa pobre?
11. Para você o que é ser uma pessoa rica?
12. Você tem conta em banco?
13. Você acha que é necessário ter conta em um banco?
14. Você sabe da existência de linhas de crédito para agricultores? PRONAF
15. Qual o tamanho da sua família?
16. Você considera que é feliz vivendo na comunidade?
17. Você já saiu da comunidade para trabalhar fora?
18. Você gostaria de ter saído?
19. Você conhece a Universidade Federal de Ouro Preto e o Instituto Federal de Ouro Preto?
20. Você gostaria que seus filhos estudassem ou tivessem estudado em uma delas?
 - a) Sim. Por quê?
 - b) Não. Por quê?
21. Que profissão você queria que seus filhos realizassem?
22. O que você acha que a Universidade poderia fazer pela região de Ouro Preto e Mariana para melhorar a vida das pessoas?
23. Você acha importante que as compras dos produtos da agricultura familiar feitas pela UFOP tenham continuidade?
24. Você acredita que esta relação de compra irá continuar?
25. Os alimentos que você e a sua família consomem são produzidos/feitos por vocês?
26. O que você considera ser uma alimentação saudável?
27. Você considera que a sua alimentação e da sua família é saudável?
28. Você acha importante o uso de práticas agroecológicas de produção?

- a) Sim. Por quê?
- b) Não. Por quê?

29. Você vai ao médico com que frequência?

30. O que você vive atualmente na comunidade e que gostaria que fosse preservado para as próximas gerações?

31. Existe alguma coisa que os seus avós e pais viveram que você acha que precisa ser preservado?

32. Existe alguma coisa que os seus avós e pais viveram que você acha que pode ser descartado atualmente?

33. O que você ensinou para os seus filhos que considera que seja importante passar para os seus netos?